

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO  
HISTÓRIA BACHARELADO

GLADIMIR PEREIRA PINHO

**A QUESTÃO AMBIENTAL INSERIDA NA LEGISLAÇÃO  
BRASILEIRA: OS CAMINHOS PERCORRIDOS DO FINAL DO  
SÉCULO XIX ATÉ A CONSTITUIÇÃO DE 1934**

RIO GRANDE

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO  
HISTÓRIA BACHARELADO

GLADIMIR PEREIRA PINHO

**A QUESTÃO AMBIENTAL INSERIDA NA LEGISLAÇÃO  
BRASILEIRA: OS CAMINHOS PERCORRIDOS DO FINAL DO  
SÉCULO XIX ATÉ A CONSTITUIÇÃO DE 1934**

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em história à Banca Examinadora do Instituto de Ciências humanas e da informação- ICHI/FURG.

**Orientadora:**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Derocina Alves Campos Sosa

RIO GRANDE  
2013

**A QUESTÃO AMBIENTAL INSERIDA NA LEGISLAÇÃO  
BRASILEIRA: OS CAMINHOS PERCORRIDOS DO FINAL DO  
SÉCULO XIX ATÉ A CONSTITUIÇÃO DE 1934**

GLADIMIR PEREIRA PINHO

BANCA EXAMINADORA

.....  
Prof. Dr. Daniel Prado (ICHI/PPGEA/FURG)

.....  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Derocina Campos (ICHI/PPGH/FURG)

.....  
Adv. Mtdo. Marcelo Gonçalves Sosa (PPGCCRIM/PUCRS)

Média Final: 9,5

## **AGRADECIMENTOS**

*Inicialmente aos meus pais, que construíram o alicerce para a minha vida.*

*Ao meu irmão, e minha avó.*

*A minha Orientadora, Professora Derocina Campos Sosa, pela paciência e atenção.*

*Ao Professor Daniel Prado por ter apresentado a ênfase em Patrimônio Socioambiental, ao qual me identifiquei e tentei de alguma forma contribuir com este trabalho.*

*A todos que me apoiaram de forma direta ou indireta para chegar até aqui.*

*Fábio e Romário  
In Memoriam*

## **RESUMO**

O presente trabalho dá uma mostra da questão ambiental inserida na Constituição Brasileira de 1934, levando desde grupos identificados com a proteção do meio ambiente até os interesses “ambientais” colocados em prática no texto Constitucional. Explana a metodologia utilizada e uma forma de construir uma história de cunho ambiental.

# SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	6
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>A QUESTÃO AMBIENTAL: CONCEITO, ENTENDIMENTOS, CONCEPÇÕES.</b> .....	9
1.1- CONSERVAÇÃO X PRESERVAÇÃO: A EXPERIÊNCIA NORTE- AMERICANA.....	13
1.2- HISTÓRIA AMBIENTAL: UMA HISTÓRIA NOVA .....	15
1.3- DESAFIOS PARA A HISTÓRIA AMBIENTAL BRASILEIRA .....	18
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>A METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA</b> .....	22
2.1- A METODOLOGIA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO NA PESQUISA EM TELA .....	22
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA HISTÓRIA E NA LITERATURA JURÍDICA</b> .....	25
3.1- OS OLHARES DO SÉCULO XIX SOBRE O AMBIENTE BRASILEIRO .....	25
3.2- A REGULAMENTAÇÃO: NASCENTE DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO .....	30
3.3- ANTECEDENTES: A ABERTURA DA DISCUSSÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL .....	32
3.4- OS ANOS VINTE (PEQUENA CÍCLICA DO TENENTISMO E LITERATURA) .....	36
3.5- A LITERATURA EM PROL DA DEFESA AMBIENTAL.....	39
3.6- GETÚLIO VARGAS E A QUESTÃO AMBIENTAL NOS ANOS 1930-34 .....	41
3.7- A UM PASSO DA CONSTITUINTE: A REVOLTA CONSTITUCIONALISTA DE 1932 .....	45
3.8- A QUESTÃO AMBIENTAL INSERIDA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1934 .....	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	56
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	60

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho foi elaborado como requisito parcial para a conclusão do Curso de História Bacharelado com ênfase em Gestão do Patrimônio Socioambiental na Fundação Universidade do Rio Grande – Furg. Durante esta jornada foram administrados conteúdos referentes ao Curso em si, e a parte específica da ênfase, sendo apresentados conteúdos multidisciplinares de outras áreas como: Geografia, Biologia, Economia.

Durante a vida acadêmica tive uma surpresa ao ingressar no Curso: a de ter que escolher uma Ênfase. A turma de bacharelado ficou entre dois temas, Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural ou Gestão do Patrimônio Socioambiental. A maioria tendeu a Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural e outros, em número bem menor, ao Socioambiental. Dentre estes poucos, me liguei desde o início, à temática ambiental. Talvez, por uma certa curiosidade de nunca ter estudado o tema nem no Ensino Fundamental, quanto no Ensino Médio onde pendi mais para as ciências exatas.

Minhas memórias pessoais remetem a Getúlio Vargas, cuja trajetória política despertou interesse. Também, remete as lembranças de minha avó de 89 anos, sempre falara com uma espécie de orgulho e me despertava uma grande curiosidade. Curiosidade esta para saber como era este homem e se era tudo aquilo que eu ouvira dizer.

Aliado a isto, a opção nova do Curso e mais o interesse pessoal sobre as questões do meio-ambiente, de uma outra ótica, despertou em mim, a necessidade de fazer um trabalho alinhando esses dois temas: Getúlio Vargas e a questão ambiental. Dois interesses pessoais, sendo este último mais recente em relação ao primeiro.

Ao primeiro contato com o Professor Daniel Prado, a disciplina de Educação Ambiental representou um norte para a pequena turma que começou a se envolver de maneira mais acurada com o tema. Nela foi mostrado o que estaria por vir nos anos ou semestres seguintes. Depois desta explanação realmente me decidi pela temática Ambiental e em torno desses encontros

ficamos Cada vez mais envolvidos e instigados justamente por percebermos que a produção acadêmica da História Ambiental, era relativamente escassa e não possuía muitos pesquisadores por ser um tema relativamente novo.

A expectativa que me trazia o Meio-Ambiente e a História juntos, de alguma forma me empolgou, e pesquisando sobre este tema que é novo dentro da História transformou-se em um desafio para mim e por isto optei por seguir esta trilha.

No referido trabalho, temos como objetivo é entender como a questão ambiental foi tratada dentro da Constituição Brasileira de 1934. Para isto foi delimitado o tema dentro de uma linha temporal do final do século XIX até o referido ano.

No tema introdutório ***A questão ambiental: conceito, entendimentos, concepções.*** Trabalhamos com o significado do termo em seu sentido, pois na realidade a expressão “questão ambiental” é relativamente nova, mas seu significado, sua prática remontam mais de 3000 anos.

Em a ***Conservação x Preservação: a experiência Norte- Americana,*** tem como ponto principal o debate entre preservacionistas e conservacionistas, dentre estes o que seria o melhor modelo adotado para o Brasil, segundo os “cientistas brasileiros”.

A ***História Ambiental: uma história nova,*** trata do nascimento de um novo ramo dentro da História, a ser trabalhado por historiadores. Em ***Desafios para a História Ambiental Brasileira,*** mostra como “fazer” a História dentro de uma perspectiva que reflita os problemas ambientais dentro disso formando opiniões e discussões construtivas. Na ***Metodologia utilizada no trabalho,*** explica-se como foi baseado o trabalho em tela, e sua forma de comunicação, através de tabela.

No tema ***os olhares do século XIX sobre o ambiente brasileiro,*** demonstra toda a valoração dada a natureza, como foi explorada, as técnicas utilizadas e as críticas ambientais que já aconteciam. Na ***Regulamentação: a nascente do Direito Ambiental Brasileiro*** aponta para o surgimento de toda uma legislação já por aqui engendrada.

No tópico, ***Antecedentes: a abertura da discussão da questão ambiental,*** procura focar-se nos primeiros anos do século XX, na figura de

Alberto Torres, um dos pioneiros na defesa do meio ambiente brasileiro. A seguir **os anos vinte**, perpassa pela década brasileira de protestos, reivindicações, que refletiu com a Era Vargas. Em uma **Literatura em prol da defesa ambiental** mostra como a ficção deu sentido ao tema ambiental. No tema **Getúlio Vargas e os anos 1930-34**, dá uma amostra da situação em que vivia o País, onde golpes, interesses, imperavam acima da real necessidade de transformação da nação. No último tema **A questão ambiental inserida na Constituição Brasileira de 1934**, trás uma análise de artigos referentes a questão do meio ambiente, interesses regionais, centralizados na Carta Constitucional.

## CAPÍTULO 1

### A QUESTÃO AMBIENTAL: CONCEITO, ENTENDIMENTOS, CONCEPÇÕES.

Neste trabalho buscou-se uma apresentação referente o termo “questão ambiental” embora não muito desenvolvido no tempo-histórico ao qual se refere o mesmo, seu significado o deixa tão contemporâneo aos dias de hoje quanto a Idade Antiga, por exemplo. Segundo o conceito retrata “A questão ambiental” envolvida pelas “concepções tradicionais de meio-ambiente que o apresentam como uma realidade fechada em si mesma e com comportamento causal. Estas concepções por possuírem subjacentemente um conceito positivista e uma posição analítica, tomam o meio-ambiente como sendo o natural (físico e biótico) ao qual se soma, exatamente em moldes adicionais, o social. Ele é a soma de partes, onde sistema e particularidades são recíprocos e só na sua reciprocidade são cognoscíveis”.<sup>1</sup>

Por tanto para este trabalho englobamos neste conceito tudo a que se refere à natureza, o meio, as águas, a mineração, a preocupação sobre a Ecologia, diversas definições como: natural, artificial, cultural, patrimonial, urbano, etc. Pois isto afeta o meio como um todo, sendo que pode trazer efeitos sobre o bem-estar físico e mental do ser humano.

Para Elisabeth Ramos<sup>2</sup>, a natureza sempre foi vista de forma negativa pelo seu estado original representando muitas vezes o rotineiro, costumeiro,. Mas em outro sentido é em razão de provável oposição com a cultura, quando esta é contestada em nome daquela ou vice-versa, destaca como conceito que sustentou a Física, a Matemática, a Biologia e a principal inspiradora da Filosofia da Natureza. Além de sua importância para com as artes, religiões, relações sociais, na educação e na sociedade. (RAMOS, 2010:76)

---

<sup>1</sup> Para este conceito ver Verbetes USP. Disponível em:  
<[http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c\\_deak/CD/4verb/ambiente-q/index.html](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/ambiente-q/index.html)>. Acessado em 19OUT12.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Humanas – área de concentração Sociedade e Meio Ambiente (UFSC). Com o Artigo: *O Processo de Constituição das Concepções de Natureza. Uma contribuição para o Debate na Educação Ambiental*. Revista de Educação Ambiental da FURG, AMBIENTE & EDUCAÇÃO edição 2010 vol.15(1).

Uma das compreensões iniciais de natureza vinha de sua origem mágica, anterior aos antigos gregos, onde o mundo tinha uma natureza como um conjunto para qual eram trazidas características humanas. A Natureza e homem formavam uma integração viva.

O mundo que envolvia a mente primitiva era, ao mesmo tempo, bondoso e hostil. A natureza e o divino se confundiam. As forças e fenômenos da natureza eram venerados e personificados em divindades ou demônios, em um mundo no qual as atitudes dos homens se traduziam em adoração e temor diante do sagrado. Essa compreensão anímica deu origem a uma primeira idéia de natureza. (RAMOS, 2010:78)

Segundo a autora a primeira idéia que os homens formaram da natureza era uma idéia moral, baseada na culpa e no medo. Também demonstravam na natureza seus desejos e carências representados pela consciência mágica através do temor. Outro fato interessante são as imagens mágicas encontradas nas grutas pré-históricas onde o homem já desejava ser “possuidor e soberano” demonstrado pelas armas que sempre trazia nestas imagens. (RAMOS 2010, apud Lenoble, 2002:35).

Num outro momento percebe-se que se tenta uma libertação dessa “Era” mítica da natureza, e a racionalidade começa a brotar e o esclarecimento começa a fazer parte do mito. Dominar a natureza significa dominar a si mesmo, e nesta mesma medida, a Ciência avalia as coisas para poder fabricá-las. Com isto, o mito e ciência tem a mesma origem, ou seja, a pretensão de controlar os fenômenos desconhecidos da natureza. O mito entendido como esclarecimento tenta capturar a origem, e a Ciência tenta emancipar o homem do mito através do saber. Porém percebe-se um retorno cíclico onde o homem volta ao estado inicial do mito. (RAMOS, 2010:80)

A observação empírica, onde seus primeiros esforços começaram na Jônia para uma informação mais racional na descrição da natureza do mundo, se deram com os filósofos da Escola de Mileto (como Tales, Anaximandro e Heráclito) onde resumidamente os mesmos se preocuparam com elementos ou substâncias como o ar, a água, a terra e o fogo e, onde através deles se formavam os seres e toda a abundância contida na natureza. Essa era dominadora e ditava as regras aos homens. Já outro movimento, o dos sofistas

na Grécia inauguram a idéia da ciência dedutiva, onde a pontualidade, a metodologia e estrutura dão início à racionalidade científica, diferente da Ciência moderna. O pensamento aristotélico ganha destaque, permanecendo no Mundo Ocidental por quase vinte séculos, onde especificamente seu pensamento define-se pela natureza que cada ente contém em si mesmo, uma substância que o determina. (RAMOS, 2010:82)

Outra parte que também obteve destaque dentro desta discussão foi a religião. O pensamento aristotélico teve um “retoque” na filosofia de São Tomás de Aquino e sofreu influências profundas na idéia e na representação de natureza. Para os gregos a natureza era original e materialista num mundo eterno, já no pensamento teológico a natureza era tida como um resultado de uma ação do criador divino. A natureza grega perdia seu sentido natural/material e a partir disso, estava subordinada a Deus. Ainda dentro deste pensamento, o homem tem um papel central, sendo colocado como exclusividade da inspiração divina e destaque perante as outras criaturas. Contrariando aos gregos, onde homens e deuses faziam parte da natureza. (RAMOS, 2010:83).

Nos séculos XVI e XVII a valoração começou a debater contra o pensamento medieval e determinou a quantificação deixando de lado a elucidação através de motivos e títulos transcendentais, para uma forma mais ligada ao finalismo. Este novo modelo começa lentamente a explicar a natureza onde a Física e a Matemática se tornam o carro chefe da racionalidade humana. A ciência de Galileu Galilei lança essa visão mecanicista de natureza.<sup>3</sup> (RAMOS, 2010:86).

Uma característica fundamental da revolução mecanicista foi atribuir à razão humana um poder nunca antes pensado. E, desse modo, o domínio sobre a natureza ganhou força na medida em que esta deixa de ser um objeto mítico ou uma realidade metafísica para a contemplação teórica. Uma vez desvendado o mecanismo da natureza, ela pode ser dominada, manipulada e usada em proveito dos seres humanos. Com os modernos, a natureza se transforma em objeto de explicação prática do conhecimento humano que, associando as leis da ciência a uma aplicação técnica, se traduz em poder tecnológico. (RAMOS, 2010:89)

---

<sup>3</sup> Essa nova concepção foi fortalecida com Copérnico e sua hipótese heliocêntrica, neste contexto se desenvolve a chamada Ciência Moderna.

Com a natureza sendo manipulada, estudada e quantificada, o homem consegue, em termos, dominá-la para lançar seus interesses científicos. Com o poder tecnológico atrelado consegue fazer uma grande devastação dos recursos naturais, sendo esta devastação vinda há séculos. O ser humano não se insere como elemento desta natureza, mas sim como um explorador dela e de seus benefícios.

O homem com o advento da Revolução Industrial, num momento em que se consolidava o Capitalismo e se reorganizava a economia mundial, sofria transformações na sua vida cotidiana. Muitos migravam para a cidade e eram explorados, a miséria e altas cargas de trabalho, exploração de mulheres e crianças imperava neste momento. O tempo do Homem que era ditado pela natureza, posterior à Revolução Industrial passou a ser o tempo da máquina/relógio. Com a transformação do ritmo de trabalho das pessoas, o espaço toma outra forma, modificando cada vez mais a paisagem natural. As habitações ocupam a extensão dos grandes campos e florestas. Essas novas estruturas afetam o cenário original.

Essa “modernidade” no âmbito da Sociologia traria consigo problemas não condizentes com a realidade e revelava um lado triste para com a questão do meio ambiente:

Tanto Marx como Durkheim viam a era moderna como uma era turbulenta. Mas ambos acreditavam que as possibilidades benéficas abertas pela era moderna superavam suas características negativas. Marx via a luta de classes como fonte de dissidências fundamentais na ordem capitalista, mas vislumbrava, ao mesmo tempo, a emergência de um sistema mais humano. Durkheim acreditava que a expansão ulterior do industrialismo estabelecia uma vida social harmoniosa e gratificante, integrada através de uma combinação da divisão do trabalho e do individualismo moral. Max Weber era o mais pessimista entre os três patriarcas fundadores, vendo o mundo moderno como paradoxal, onde o progresso material era obtido apenas a custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais. Ainda assim, nem mesmo ele antecipou o lado mais sombrio da modernidade. (FERREIRA, 1998:27)

Esses três autores condescendiam que o trabalho moderno acarretaria em resultados negativos para a natureza. Esse trabalho humano periódico para

o desenvolvimento das forças de produção apresentaria um vasto potencial destruidor em relação ao meio. Mas essas preocupações nunca foram realmente incorporadas na Sociologia e isto trouxe um embaraço para o desenvolvimento de um conceito sobre as preocupações com a natureza.<sup>4</sup>

### **1.1- CONSERVAÇÃO X PRESERVAÇÃO: A EXPERIÊNCIA NORTE-AMERICANA**

Um dos motes que norteou a situação do meio ambiente e os desejos de quem queria manejá-lo foram as questões da conservação ou preservação frente aos mais diversos interesses como os capitalistas e os cientificistas. Essa discussão teve parâmetros nos países da América do Norte, mais precisamente os Estados Unidos, onde o Brasil tomou como modelo de orientação.

Na América do Norte, havia um debate entre as concepções conservacionistas e preservacionistas. As primeiras se preocupavam sobretudo com a racionalidade na utilização dos recursos naturais e as outras encontravam-se mais interessadas na fruição estética e na transcendência espiritual proporcionada pelos aspectos sublimes da natureza selvagem. A exposição do contexto dessa polêmica se faz importante, na medida em que as concepções e práticas representadas por ambos os lados contribuíram com a elaboração de estratégias de cuidado com a natureza no mundo inteiro, inclusive no Brasil. (DUARTE et al., 2002:81).

Essa relação entre preservacionistas e conservacionistas, começou a dar seus primeiros passos em Março de 1872, onde a idéia de formação de parques nacionais ganhara força e as primeiras iniciativas de proteção à natureza também. A finalidade era preservar áreas dotadas de grande beleza natural no seu estado selvagem para as gerações posteriores. O parque de Yellowstone inaugurado pelo congresso americano destinou 800 mil hectares de área proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida, destinada ao benefício do povo. (DUARTE et al., 2002:82)

---

<sup>4</sup> FERREIRA (1998, apud Giddens, 1991:17)

Mas, outra questão, fortalecia a criação dos parques nacionais. As descobertas científicas da Biologia e uma filosofia inspirada no romantismo onde o valor da natureza dava-se pelo pertencimento e prazer da contemplação, favoreceu essa idéia que os preservacionistas defenderam.

A outra corrente, dos conservacionistas, tinha em mente a possibilidade de uma exploração racional dos recursos como o solo, as florestas e água. Sua tradição de manejo baseava-se no modelo alemão onde os objetivos do movimento eram três: o uso dos recursos existentes pela geração presente, a prevenção do desperdício, e o desenvolvimento dos recursos naturais para todos. Sua base era a relação do homem com a natureza e o uso desta de maneira adequada e criteriosa, garantindo assim, a sua existência para as próximas gerações. (DUARTE et al., 2002:83)

Estas duas correntes dividiram as preocupações com relação à natureza nos Estados Unidos. Esses dois lados, os preservacionistas e conservacionistas, ganhavam lugar nas políticas de Estado. Theodore Roosevelt, admirador dos conservacionistas, introduziu em sua administração a política dos recursos naturais e não abandonou as exigências preservacionistas, a política de Roosevelt em relação à natureza repercutiu internacionalmente sendo organizado duas conferências e disseminando idéias.

No Brasil, o ensaio americano era conhecido somente na silvicultura, na Primeira Conferência as duas concepções estiveram presentes nas formulações e estratégias, onde se juntaram em um único ponto de vista do que poderia representar este conceito de proteção a natureza. Nos anos 1930-40, os conceitos de proteção, conservação e preservação apontavam para noções de que a natureza, enquanto conjunto de recursos econômicos deveria ser explorada racionalmente para interesse no futuro, e enquanto diversidade biológica, seria objeto de ciência e contemplação estética, deveria ser protegida. (DUARTE et al., 2002:83)

A discussão referente à questão ambiental estava dando seus primeiros passos no Brasil em nível de articulação e começava a aparecer no cenário político. Essas teses, formulações, artigos desenvolvidos, formam um escopo que teria um “começo” na Carta Magna de 1934.

## 1.2- HISTÓRIA AMBIENTAL: UMA HISTÓRIA NOVA

A História Ambiental surge em um contexto onde a historiografia do século XX, ganha variações referentes aos assuntos do passado. A História Econômica que domina a primeira metade do referido século, é acrescida também a História do Cotidiano, das Mulheres, da Vida Privada tendo mais exemplos. No seio de várias abordagens no estudo da História encontra-se questões referentes à terra, a desastres e a catástrofes ambientais.

Essas questões, capitaneadas pela Geografia torna-se um campo de estudo para os historiadores em muitos países:

Trata-se, fundamentalmente, de reconstituir e de explicar as formas de extração, utilização e de regulamentação do uso dos produtos naturais, incluindo, além disso, as representações simbólicas dos elementos naturais na vida humana. A própria natureza pode ser pensada, aqui, como uma “construção cultural”. Uma das peculiaridades mais destacadas da História Ambiental seria, assim, o exame das relações entre os seres humanos e, dentro e a partir delas, a análise das relações que se estabelecem com o mundo natural. (MARTINEZ, 2006:19)

A respeito do embasamento vê-se uma História Ambiental limitada, no seu conceito onde a reconstituição, utilização e regulamentação eram as bases que imperavam. Segundo Paulo Henrique Martinez, talvez por ser o Materialismo Histórico portador de uma concepção que se dava pela compreensão das relações que os homens têm na organização da produção econômica e da vida social. Outro fator relevante é o caráter interdisciplinar da História e sua comunicação com outras Ciências não diferente deve ser a História Ambiental colaborando com a Geografia e Economia por exemplo.

Nesse mesmo sentido, de comunicação encontra-se também uma das primeiras dificuldades levantadas por Martinez que é a preparação dos futuros Historiadores Ambientais e qual seu papel no entendimento do meio ambiente. Na sua resposta, o termo Educação Ambiental aparece como indicativo de solução de parte dos problemas ambientais, com isso ampliando o campo de ação dos historiadores, na disseminação dos debates, busca da investigação e pesquisa histórica. Na sua ligação com o passado a História Ambiental serviria

como entendimento da sociedade na relação de exploração do trabalho e da natureza ao longo do tempo.

Neste sentido, a História Ambiental é uma abordagem das questões ambientais no tempo e que encontra no meio ambiente o seu objeto de investigação. Contudo, o meio ambiente não constitui um objeto de estudo exclusivo da História e demais ciências sociais com a Geografia ou Antropologia, mas comporta múltiplas abordagens disciplinares, um domínio do conhecimento comum também às ciências físicas e biológicas. (MARTINEZ, 2006:20)

Após o conceito exposto, e de uma ambientação com seus desafios e problemáticas, vimos que o Brasil se encaixa num modelo próprio de trabalho dentro desta temática. Desde sua formação social e econômica e, aspectos próprios do seu território, a historiografia ambiental partiu das características culturais e suas relações com o mundo natural.

Na historiografia brasileira autores se destacam dentro de suas áreas.

Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, observou que as relações com a natureza no Brasil estiveram marcadas por uma conduta de geração de “riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho”, caracterizada pela ausência de “vontade criadora” do colonizador. Caio Prado Júnior foi enfático em sublinhar como traço permanente nas atividades econômicas, da colonização ao século XX, o caráter predatório e perdulário do aproveitamento das riquezas da terra, o desbaratamento de um capital. O historiador norte-americano Warren Dean, por sua vez, notou que as queimadas e o nomadismo da agricultura praticada por proprietários de terras, grandes e pequenos, no Brasil do século XIX, responderam por uma concepção dos produtos naturais como “recursos transitórios”, sem se preocuparem com a preservação ou a reposição das condições de disponibilidade desses recursos. Incluía-se neste elenco não apenas os produtos extraídos das matas, como a madeira, a lenha, os cipós e o carvão, mas indistintamente a cal, o ferro, a água, a fauna e a flora. (MARTINEZ, 2006: 27-28)

Mas na História ambiental brasileira deve-se atentar para o custo e causa da mesma. O capitalismo brasileiro segue na direção única da ciência natural onde a exploração do ambiente tem seu tempo-espço. A utilização de mão-de-obra indígena, africana, mestiça e também de pobres livres é fato que deve ser observado como uma violência também contra os seres humanos. A natureza brasileira sempre foi mostrada como uma fonte inesgotável de recursos, principalmente ao longo do século XIX, onde já se alertava para as mudanças de comportamento e aplicação dos recursos naturais. Entendendo

isto, dentro da História Ambiental Brasileira, podemos tirar as dúvidas relativas às desigualdades sociais e dos interesses econômicos maculados na ideologia progressista do desenvolvimento sob a forma de aceitação e/ou rejeição até os dias atuais. (MARTINEZ, 2006:30)

Sobre a formação da sociedade brasileira na ótica da História Ambiental, Paulo Henrique Martinez, faz um contraponto com a História rural francesa, onde esta mostrou o lado do camponês e sugere que no Brasil, a História Ambiental pode melhorar o conhecimento sobre um passado desenvolvido por sociedades não capitalistas, o mundo familiar, doméstico e cultural. Para seguir este caminho indica aos historiadores:

A validade teórica dessa prática historiográfica, a História Ambiental, reside, fundamentalmente, na constituição de um terreno para a reflexão crítica sobre o trabalho do historiador (...). Os historiadores podem, a partir daí, retomar os grandes problemas intrínsecos à formação da sociedade e do Estado no Brasil. O uso e ocupação da terra, as práticas agrícolas, os grandes projetos energéticos e de infraestrutura, políticas públicas para o meio ambiente, movimentos sociais em defesa da natureza, premissas e possibilidades para o desenvolvimento sustentável, os efeitos da industrialização e da urbanização nas bacias hidrográficas, programas de desenvolvimento local e regional, eliminação das desigualdades sociais são alguns deles. (MARTINEZ, 2006:37-38)

Neste tópico são apresentados os problemas a serem pesquisados dentro da História Ambiental e suas conseqüentes soluções dentro da formação social do Brasil, trabalho este destinado ao historiador, por sua ligação e busca das informações do passado.

O Imperialismo do século XIX, conhecido por sua expansão política, econômica e cultural pela Europa procurou por mercados consumidores de bens industrializados. Isto contribuiu para um esgotamento dos recursos ambientais principalmente em sua Geografia, com o Comércio distante e o transporte (ferrovias, navegação) onde ocorreu uma célere depredação do meio ambiente, as novas tecnologias, estavam á disposição e a serviço do Capitalismo exacerbado. No Brasil o historiador Warren Dean, em sua obra *A Ferro e Fogo: a História e a devastação da mata atlântica brasileira*, já chamava a atenção dessa questão, estando na fonte da industrialização do país duas energias: a lenha e o carvão vegetal. Com isso, ele passou a

entender o desaparecimento das florestas tropicais do centro-sul do Brasil. (MARTINEZ, 2006:47).

No século XX a corrida pelas respostas referentes ao meio ambiente e sua compreensão, ganham força. A introdução dessa questão tornava-se inevitável. Estudar as sociedades humanas, a partir dos séculos XV e XVI acompanhado de elementos naturais, ciências, animais, técnicas e objetos, são observações que fazem parte de um processo que se divide em vários momentos, um deles trata do óleo de peixe ou de baleia, por exemplo. No passado este recurso foi muito importante e hoje não tem a mesma procura, empregado na iluminação pública e doméstica, foi muito consumido no tempo do Brasil Colônia e Império, mas com o desenvolvimento do gás e da eletricidade este recurso deixou de ser explorado. (MARTINEZ, 2006:42).

A partida para a História Ambiental do Brasil passa primeiramente pela História Econômica sua constituição e evolução, daí surgem os desafios para o historiador que usa também da interdisciplinaridade, para o desenvolvimento de sua pesquisa.

### **1.3- DESAFIOS PARA A HISTÓRIA AMBIENTAL BRASILEIRA**

Para Martinez, a História Ambiental brasileira tem seu início na própria disciplina de História, aparecendo muito na História Econômica e no pensamento social dos intelectuais. Tem seu resguardo na Geografia e na História Regional no Materialismo Histórico principalmente sobre as estruturas econômicas e sociais brasileiras.

Em comparação com as sociedades européias e asiáticas, a História Ambiental desses continentes se dá por uma perspectiva de longa duração, no caso do Brasil a História Ambiental está dentro da própria História Econômica e Social, onde deverá demonstrar diversas cadências de tempo histórico, pois está presente em várias proporções no seio desta sociedade. (MARTINEZ, 2006:49)

Na interpretação de José Augusto Drummond <sup>5</sup>, o fator *Tempo*, é primordial para a acepção de História Ambiental. Segundo ele, o tempo no qual se movem as sociedades humanas é uma construção cultural consciente onde cada sociedade cria ou adota formas de contagem e divisão do tempo em torno das quais se organizam as diversas atividades sociais. Com isso, para o historiador esse tempo é condutor de mudanças e continuidades onde nele se debruça seus estudos, sendo seu instrumento básico de trabalho. (DRUMMOND, 1991:177)

A História Ambiental demonstra sua relevância em um contexto em que o alcance social atinge o planeta principalmente com as comunicações (TV, rádio) onde seu poder de denúncia corrobora, muitas vezes, a favor do meio ambiente. A crise ambiental instalada começa com a insustentabilidade dos padrões de produção e de consumo criados pela sociedade industrial e que não parou de expandir-se desde a segunda metade do século XVIII até os dias atuais. (MARTINEZ, 2006:53)

Mas como o Historiador Ambiental deve começar a fazer a História propriamente dita? No Brasil seria tão diferente dos outros países? Segundo Drummond, sua base se dá pela História Ambiental Inglesa conforme exemplificado no quadro a seguir:

---

<sup>5</sup> É um cientista social, Mestre em Environmental Science e ph.D. em Land Resources. Professor adjunto do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS-UnB), onde dirige o Observatório de Unidades de Conservação e de Políticas Ambientais e Sociais Conexas.

<b>Características Metodológicas e analíticas da História Ambiental<sup>6</sup></b>				
I	II	III	IV	V
Todas as análises focalizam uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural. Revela um parentesco com a história natural, que mostra cenários fisicamente circunscritos.	Diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais pertinentes ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas.	Explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas.	Especial para os historiadores: a valorização das fontes é a grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente.	Trabalho de campo.

Mas para Donald Worster <sup>7</sup> a História Ambiental, é parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história mais inclusiva e atrativa, acima de tudo a História Ambiental rejeita o rótulo convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições da natureza e de que os seres humanos são uma espécie distinta e super-natural. E de que suas conseqüências ambientais dos seus trabalhos no passado podem ser ignoradas. (WORSTER, 1991:199).

Segundo ele, a disciplina, mostra três campos de atuação para os historiadores ambientais: uma história ecológica, dos ecossistemas e suas transformações, das dimensões sociais e econômicas na interação milenar do ser humano com o mundo natural e o conhecimento e as reações psicológicas diante da natureza. Nos países do Terceiro Mundo, entre eles o Brasil, sugere o estudo da agricultura como ponto inicial, com incorporações pelos historiadores de noções e conceitos das ciências naturais. (MARTINEZ, 2006:52)

Ao complementar a questão levantada por Worster, Martinez realça que o desafio para a História Ambiental, seria o de abordar questões ambientais

<sup>6</sup> Quadro elaborado pelo graduando, com base no trabalho de José Augusto Drummond.

<sup>7</sup> É professor do Departamento de História da Universidade de Kansas, em Lawrence (EUA).

com métodos e instrumentos específicos do ofício dos historiadores com capacidade de dialogar com outras ciências e antes de tudo, ser História.

Para entender a História Ambiental ou História Nova, como abordado neste capítulo teremos que ter em mente, sua origem, suas características e seus objetivos. Na História do Brasil, muitos interesses estiveram ligados ao colonizador, e a com isso a exploração teve seu ápice. A nova ótica disciplinar, abrangida pela História necessita ter uma nova visão deste passado.

## **CAPÍTULO 2**

### **A METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA**

Nessa pesquisa, utilizamos a Análise do Discurso onde o trabalho debruçou-se sobre as informações e texto da Carta Constitucional de 1934 (em parte), além de outros aportes teóricos elencados para o desenvolvimento da pesquisa. Nessa análise, procura-se por um entendimento também desta metodologia e seus caminhos em cada parte deste trabalho.

#### **2.1- A METODOLOGIA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO NA PESQUISA EM TELA**

Para o pesquisador Roque Moraes:

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. (MORAES, 1999:02)

Para um melhor entendimento, a Análise de Conteúdo trabalha tradicionalmente com materiais textuais escritos. Há dois tipos de textos: textos que são construídos no processo de pesquisa, tais como transcrições de entrevista e protocolos de observação; textos que já foram produzidos para outra finalidade quaisquer, como jornais ou memorandos de corporações. Na Análise de Conteúdo o ponto de partida é a mensagem, mas devem ser

consideradas as condições contextuais de seus produtores e assenta-se na concepção crítica e dinâmica da linguagem. (MATOS, 2010:21)

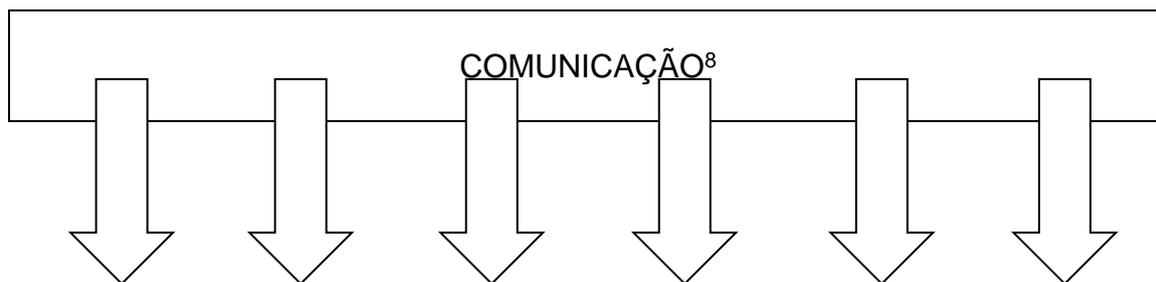
Com isto, percebe-se que a análise de conteúdo depende, e muito, do seu produtor das suas condições, principalmente psíquicas e emocionais para desenvolvimento de um trabalho. Sua qualidade é expressa pelo seu produtor e sua leitura como é baseada na interpretação, portanto, não é neutra, visto a questão pessoal faz parte da essência e estar caracterizada nos seus estudos. Outro fator relevante para Moraes:

Ao longo desta evolução, cada vez mais, a compreensão do contexto evidencia-se como indispensável para entender o texto. A mensagem da comunicação é simbólica. Para entender os significados de um texto, portanto, é preciso levar o contexto em consideração. É preciso considerar, além do conteúdo explícito, o autor, o destinatário e as formas de codificação e transmissão da mensagem. (MORAES, 1999:03)

Moraes, alerta que para a compreensão completa de um estudo é necessário entender o seu conceito, e o contexto. A impressão obtida não é nada mais que uma bem sucedida comunicação entre autor/leitor. Isto se dá por diversos fatores como a linguagem e a escrita entre as partes. Para se chegar a bons resultados têm que estar explícitos no trabalho os objetivos da pesquisa para que estes possam delimitar a produção.

As fontes que chegam ao pesquisador podem ser quaisquer fontes de comunicação não-verbais/verbais, devendo esse material passar pelo crivo do pesquisador para selecionar e facilitar seu trabalho interpretativo. (SANTOS, 2004:02)

Com base nisso as seis questões básicas que tem se limitado as abordagens são:



<i>Quem fala?</i>	<i>Para dizer o que?</i>	<i>A quem?</i>	<i>De que modo?</i>	<i>Com que finalidade?</i>	<i>Com que resultados?</i>
Investiga quem emite a mensagem.	Direciona para as características da mensagem seu valor informacional, as palavras, argumentos e ideias nela expressos.	Focaliza o receptor, procurando inferir as características deste, a partir do que lê ou ouve.	É a forma como a comunicação se processa, a estrutura da linguagem, e do meio pelo qual a mensagem é transmitida.	O pesquisador se questionará sobre os objetivos de uma dada comunicação, sejam explícitos ou implícitos.	O pesquisador procura identificar e descrever os resultados efetivos de uma comunicação.

Através disso, o pesquisador deverá assumir os enlaces do processo metodológicos utilizando-se de todas as suas fontes, métodos e materiais para sustentar sua produção própria embasada em um contexto de produção sobre fontes e instrumentos de pesquisa.

Apesar de não termos atingido o ponto da construção das categorias de análise e das unidades interpretativas, entendemos que essa metodologia por suas potencialidades investigativas, será útil na trajetória que pretendo percorrer nas pesquisas futuras que envolvem esse tema.

<sup>8</sup> Quadro elaborado pelo graduando, com base nos estudos de Roque Moraes, em uma definição original de Laswell.

## **CAPÍTULO 3**

### **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA HISTÓRIA E NA LITERATURA JURÍDICA**

#### **3.1- OS OLHARES DO SÉCULO XIX SOBRE O AMBIENTE BRASILEIRO**

No Brasil, a questão do meio ambiente degradado não vem dos dias atuais. O problema já vem de longa data, como no uso e exploração da terra pelo sistema capitalista e a colonização portuguesa e seu sistema de exploração. Começando pelo Antigo Sistema Colonial dentro da produção capitalista passando pela acumulação primitiva de capital na Europa e tendo como resultado a abertura de mercados consumidores, deu-se assim, a passagem para o capitalismo industrial. (MARTINEZ, 2006:69)

Embora o parágrafo anterior dê um panorama resumido da questão, percebe-se o lugar onde fica a questão da degradação ambiental. Até o momento a capitalização é o que move a sociedade, e isso se vê na exploração dos produtos tropicais para o mercado consumidor europeu. A especulação da natureza é um “atributo” desse colonialismo que desenvolve a economia.

Para Martinez, a acumulação primitiva de capital encontrou antes da capitalização das riquezas naturais, a expropriação de produtores, trabalhadores, massas rurais e camponesas, uma de suas alavancas para a capitalização da Terra. As florestas, os minerais e a fauna, formam todo um sistema de apropriação capitalista sem custo algum. Assim, abateu-se árvores, pau-brasil, peles, ouro. Este comércio natural levou ao início da colonização com a ocupação dos espaços e exploração por parte dos portugueses. (MARTINEZ, 2006:72)

José Augusto Pádua, diz que importantes relatos trazem uma noção da questão da degradação ambiental da época. Para isso nos apresenta a visão de Cunha Mattos<sup>9</sup>:

Em menos de cinco anos, numa região remota do Brasil, sem que houvesse qualquer processo especialmente intenso de avanço da fronteira agro-exportadora, a paisagem havia sido completamente modificada e o rico ecossistema florestal estava em grande parte destruído! [...]. Quando escreveu essas linhas, três anos antes da criação do IHGB, Cunha Mattos já estava ligado a um grupo de intelectuais que manifestava profunda preocupação com os processos de degradação ambiental que vinham ocorrendo no território brasileiro. Esse grupo incluía Januário da Cunha Barboza, Francisco Freire Alemão, Emílio da Silva Maia e Baltasar da Silva Lisboa. (PÁDUA, 2002:71)

Na concepção de Cunha Mattos, a natureza não estava sendo apenas destruída pela força da economia, mas sim pelo próprio homem. Outros relatos de viajantes como de August Saint-Hilaire comprovam esta realidade. Um grupo de intelectuais da época, já demonstrava preocupação com a degradação do meio ambiente.

Mas não devemos esquecer que não foi somente no século XIX que aconteceram as maiores atrocidades com a questão do meio ambiente. Desde os tempos do Brasil colônia a natureza já apresentava sinais concretos de deteriorização. Com a chegada dos colonizadores, a impressão por eles deixada foi de um grande entusiasmo com o conjunto natural aqui encontrado. As estruturas, as populações, as diversidades tiveram uma grande contribuição na formação da paisagem, aliado a isto, a introdução de animais como os bois e cavalos e a introdução de vegetais e espécies diversas contribuíram para a modificação do ambiente. Outro fator relevante é que o Brasil foi uma colônia de exploração e isto se caracterizou por uma degradação violenta dos seus recursos naturais. (PÁDUA, 2002:72).

No caráter econômico o fator ambiental também esteve presente, se caracterizando sempre pelo acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração imprudente. A decadência da produção de café no Vale do Paraíba tem a ver com o ciclo das atividades produtivas no Brasil onde

---

<sup>9</sup> Raymundo da Cunha Mattos (1776-1839) foi um militar português, onde em suas incursões militares, conheceu o interior do País e escreveu a obra: *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás* publicado em 1836. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

se segue as fases de prosperidade, estagnação e decadência como características. (PÁDUA, 2002:78)

Para sintetizar esta fase da exploração dos recursos no Brasil colonial e pós-colonial, Pádua apresenta quatro variáveis do modo devastador da ocupação do território brasileiro:

- ➔ A terra farta.
- ➔ As técnicas rudimentares.
- ➔ O braço escravo<sup>10</sup>.
- ➔ A mentalidade de que terra era para gastar, sem precisar proteger. (PÁDUA, 2002:73).

As críticas ambientais com os exemplos predatórios, vindo desde o colonialismo, foi um dos motes que lideraram os trabalhos dos intelectuais ambientais do século XIX. Um desses intelectuais que se destacou dentro do século em tela foi José Bonifácio.

José Bonifácio, quando em viagem pela Alemanha para estudar mineralogia, conheceu um pensador ambientalista chamado Alexander Van Humboldt<sup>11</sup>, naturalista alemão e, já na passagem por Upsala, conheceu Lineu<sup>12</sup> um defensor das florestas. (PÁDUA, 2002:133).

Desse contato na Europa com pessoas ligadas à temática da defesa ambiental, trazia assim para o Brasil, ideias norteadoras de uma nova forma de pensar, anos mais tarde, traduzidos na Ecologia<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Ao dizer o "braço escravo" não se coloca como figura ligada a depredação a natureza, e sim como uma opção tecnológica, rudimentar, extensiva e predatória. A abundância da mão de obra escrava foi um desestímulo ao avanço técnico. (PÁDUA, 2002:76).

<sup>11</sup> Foi um naturalista e explorador alemão. Ele desenvolveu (e se especializou em) diversas áreas: foi etnógrafo, antropólogo, físico, geógrafo, geólogo, mineralogista, botânico, vulcanólogo e humanista, tendo lançado as bases de ciências como a Geografia, Geologia, Climatologia e Oceanografia. Fonte: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Alexander\\_von\\_Humboldt](http://pt.wikipedia.org/wiki/Alexander_von_Humboldt)>. Acessado em 15FEV2013.

<sup>12</sup> Foi um botânico, zoólogo e médico sueco, criador da nomenclatura binomial e da classificação científica, sendo assim considerado o "pai da taxonomia moderna". Fonte: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Lineu>>. Acessado em 15FEV2013.

<sup>13</sup> A Ecologia encarrega-se de estudar a relação entre os seres vivos e o seu ambiente, entendido como a totalidade dos fatores abióticos (como o clima e a geologia) e os fatores bióticos (organismos que partilham o mesmo habitat). A Ecologia analisa também a distribuição e abundância dos seres vivos como resultado dessa relação. O termo Ökologie data de 1866 e foi dado pelo biólogo e filósofo alemão Ernest Haeckel. A palavra é composta por dois vocábulos gregos: Oikos (casa) e logos (estudo). Por isso, Ecologia significa estudo dos lares (dos habitats). Fonte: <<http://conceito.de/ecologia>>. Acessado 20MAR2013.

Mas o destaque de Bonifácio foi na política. Para ele, a sorte ou ruína das nações estava ligada ao destino de suas florestas e criticava a destruição ambiental no Brasil onde dizia que em menos de dois séculos seríamos como desertos áridos da Líbia, pois, o avanço do deserto nessa região foi dado por técnicas agrícolas destrutivas. (PÁDUA, 2002:137).

Com o rompimento português, e seus grandes projetos e tarefas políticas, Bonifácio tentou levar seus trabalhos da teoria a prática. Dessa forma:

O conteúdo desses trabalhos manifestou a vontade de Bonifácio de transformar todas as Instituições, as observações e propostas anteriores em um projeto nacional amplo e coerente. Esse projeto se fundamentava, a meu ver, em duas diretrizes básicas: em primeiro lugar, era preciso fazer daquela população heterogênea, fragmentada e dispersa uma sociedade nacional integrada e dotada de sentido de unidade. [...] em segundo lugar, era necessária uma política geral de proteção dos recursos naturais no Brasil, pois esse era o grande trunfo com o qual o país podia contar para seu progresso futuro. Tal política passava essencialmente pela superação do modelo agrícola implantado pelo sistema colonial, calcado no latifúndio, na monocultura e na destruição florestal. Esse modelo deveria ser transformado através de uma reforma agrária e da difusão de métodos agrônômicos modernos e ambientalmente equilibrados. (PÁDUA, 2002:147).

Bonifácio criticava abertamente a agricultura como grande culpada da lástima ambiental, dizia que os problemas relacionados com o cultivo das encostas, a prática das queimadas e a infertilidade da terra, tinham como ser resolvidos através de uma reforma da agricultura. Também ressalta que a qualidade do clima e a atividade da terra, estariam agregadas com metas sociais como o aumento da produção global. Em seu pensamento, as perspectivas ambientais e sociais nunca estavam separadas. (PÁDUA, 2002:155)

Com isso Bonifácio se colocava como mais um dos intelectuais da época na defesa da questão ambiental. Ele se tornara também um defensor da abolição da escravatura no Brasil. No entanto, faleceu antes de ver seus planos ambientais colocados em ação. Seu anseio ficava, dessa forma, à disposição dos artistas e intelectuais da época.

A intelectualidade ficou com o cargo de colocar a questão do meio ambiente em tela. Para isso,

A única opção era iluminar o poder público, a começar pelo imperador e os ministros de Estado. O trajeto possível era dos intelectuais ao Estado monárquico, e daí aos proprietários que agiam de modo atrasado e ignorante. Por esse motivo o poema não conclamava diretamente os políticos a participarem da “luta grandiosa”; isso só poderia ocorrer a partir da influência indireta dos intelectuais. (PÁDUA, 2002:164)

Outra questão que influenciava diretamente e era comum à época era a escravidão. Como já referendamos em José Bonifácio o legado intelectual influenciado por suas idéias, colocava o tema como ponto de partida. Muitas vezes, o escravo é colocado como culpado, mas não sendo sua pessoa responsável pela destruição e sim, a escravidão como análoga a sua condição, Cabe ressaltar que a maioria desses intelectuais eram abolicionistas. (PÁDUA, 2002:166)

Uma classe começa a despontar em defesa da natureza: a dos médicos. Muitos formados em Zoologia e Botânica começam a investir dentro de seus estudos na responsabilidade da natureza sobre a saúde humana e concluem que o “corte nas matas estava gerando sérios perigos para a saúde, na medida em que fazia aparecer “graves moléstias” e cuja intensidade se tem aumentado com a continuação da destruição. Essas massas florestais protegiam as cidades contra a peste e a cólera” (PÁDUA, 2002:181).

Contudo para este século, o que prevaleceu foi a forma de exploração da natureza: explorar de forma cuidadosa, plantar o que foi retirado, contar com apoio da ciência e avançar tecnologicamente, construir uma vida social estável e gerir um processo educacional. (PÁDUA, 2002:208).

Mas ainda faltava a atenção para a fiscalização de todas essas atividades que careciam de um corpo jurídico-institucional. E aí desembocamos no Direito Ambiental Brasileiro.

### **3.2- A REGULAMENTAÇÃO: NASCENTE DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO**

O Direito Ambiental, não é uma ciência que se resume somente ao século XX. No seu sentido, regulamentos, regulações, intenções, ordenamentos e posturas já existiam e percebemos isso de longa data. Com o nosso País, como uma colônia de Portugal, tem-se um engendramento dessas “leis” que por lá já estavam vigorando. Sua chegada abrupta para o Brasil colocou em evidencia alguns interesses portuguesas na questão da regulamentação da defesa do meio ambiente.

Ann Helen Wainer, diz que para entender estas normas que figuraram por aqui durante o período colonial, devemos saber que elas protegiam “bens” naturais brasileiros que estivessem diretamente ligados a suprir os interesses da metrópole, como por exemplo, madeiras para a Marinha Mercante. (WAINER, 1991: 192).

Quando da exploração portuguesa sobre o Brasil, os elementos regulatórios dessa metrópole era a mais avançada para a época. Estava em vigência as Ordenações Afonsinas, sendo este primeiro código legal concluído em 1446. Para confeccionar este código basearam-se no Direito Canônico e Romano e sua preocupação era mais com as aves e os alimentos, este último, escasso em Portugal. (WAINER, 1991:193)

A terra não tinha o sentido de propriedade, mas sim de “trabalho para a produção dos alimentos”, quem detinha as terras teria que lavrar e semear, sob a pena de perdê-las e serem repassadas a outra pessoa. Uma lei que criava as sesmarias de 1375 dispunha sobre tal ordenamento. Posteriormente as sesmarias ganham um sentido de povoamento, para defesa dos estrangeiros aqui residentes. (WAINER, 1991:193-194).

Na perspectiva do Brasil colônias destacam-se as Ordenações Manuelinas, onde por ordem do Rei D. Manuel foram feitas novas leis compiladas com as Ordens Afonsinas (1446), terminando o trabalho em 1521. O que se destaca nessas novas Ordens diz respeito à regulação onde se dá certa “modernidade” à questão, num breve conceito de zoneamento ambiental, a caça podia ser feita em alguns lugares e vedados em outros. No quesito de

defesa dos animais, o infrator era punido através de uma lei severa e sua condição perante a sociedade era determinante. Se pertencesse a uma classe social inferior, poderia ser açoitado, se fosse de casse alta condição era degredado por dois anos. As multas começaram a vigorar pelo abatimento de árvores frutíferas. (WAINER, 1991:195).

A partir do século XVII já entram em vigor as Ordenações Filipinas, com ascensão ao trono português de Filipe I. Com sua morte, seu filho de mesmo nome coloca em vigor em 1603 essa nova lei que valia tanto em Portugal quanto para suas colônias. Essas novas Ordenações vigoraram no Brasil até a concretização do código civil em 1916. Nesta nova Ordenação o que mais chama atenção é que para crimes contra determinados animais, corte de árvores frutíferas<sup>14</sup> a pena era o degredo para o Brasil. (WAINER, 1991:196).

A questão da poluição também estava presente de uma forma inovadora nas Ordenações. A determinação era proibir qualquer pessoa que jogasse material que pudesse matar os peixes e sua criação ou poluísse as águas dos rios e das lagoas. Proibia a pesca com determinados instrumentos e em certos locais. (WAINER, 1991:197).

O nome de nosso País tem uma relação direta com a madeira aqui encontrada. O pau-brasil, uma madeira nobre, recebeu a devida atenção das autoridades portuguesas. Em Dezembro de 1605, foi editada a primeira lei protecionista florestal brasileira “O Regimento sobre o pau-brasil”, que tinha penas muito severas aos infratores que cortassem a madeira. A partir daí, leis, alvarás, cartas régias, avisos foram sendo editadas para proteger da exploração e regulação do comércio das riquezas naturais. (WAINER, 1991:198-199).

Ao término do período colonial, várias cartas régias foram expedidas por D. Maria I, aos governadores das Capitanias, onde todas ordenavam que protegessem com severa fiscalização, as matas e os arvoredos localizados perto dos mares ou nas margens dos rios. (WAINER, 1991:203).

Em 25 de Março de 1824, D. Pedro I aprovou a Constituição Imperial do Brasil, no mesmo ano na decisão nº 152 determinava que na distribuição de terras aos colonos estrangeiros do Rio Grande do Sul fossem preservadas “as

---

<sup>14</sup> Conforme Wainer, Durante o período colonial já se aplicava a teoria da responsabilidade subjetiva pelo dano causado “com malícia” por animais a pomares vizinhos.

matas da borda do mar e dos rios navegáveis”. A decisão vinha ao encontro da necessidade de conservar e regular observância às ordens que vinham sendo expedidas. (PÁDUA: 2002:169).

Mas a própria Constituição trazia consigo uma determinação de um Código Civil, sendo este feito somente em 1916, onde revogava as Ordenações, ordens, decretos, resoluções e alvarás. Com isso, o Direito Civil se impõe, ocultando essas questões na Constituição Republicana de 1891.

Apesar de uma grande legislação de caráter ambiental desde os tempos de colônia, engendrada por Portugal, o Brasil sempre sofreu com pouca fiscalização e pelo seu próprio tratamento como colônia de exploração. Os próprios portugueses que vinham para o país, muitas vezes castigados, não tinham uma noção de pertencimento à terra e só queriam levar ou destruir o que dela tinha de melhor, à sua diversidade ambiental.

### **3.3- ANTECEDENTES: A ABERTURA DA DISCUSSÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL**

A Revolução industrial trouxe grandes conseqüências para a escassez dos recursos naturais. O modelo econômico depredatório abriu uma atenção peculiar aos sentidos: O de dar proteção a Natureza. No Brasil essa “consciência” começava a florescer tomando como exemplo uma discussão que se iniciara na América do Norte, junto a isto, se aliava ao ambiente político brasileiro nas décadas de 1930-1940 um intenso nacionalismo, um forte desejo de modernização da sociedade e das Instituições de poder do Estado. (FRANCO, 2002:78)

Em um período anterior percebemos o engajamento de Alberto Torres<sup>15</sup> (1866-1917), onde para Pádua, Torres seria: “Um dos mais originais analistas do tema entre natureza e projeto nacional”. Em sua análise, via que o progresso levaria a extinção dos recursos naturais do planeta. Assim, a modernidade que estava por chegar seria “atrapalhada”, por uma possível

---

<sup>15</sup> Foi um advogado, político e jornalista. Deputado à Assembléia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro (1892), deputado federal, ministro da Justiça e Negócios Interiores, presidente do Estado do Rio de Janeiro e ministro do Supremo Tribunal Federal, onde se aposentou, em 1909, por motivos de saúde. Fonte: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/alberto-torres.jhtm>> . Acessado em 20ABR12.

questão considerada como problemática para um desenvolvimento focado na tecnologia. Muitos críticos dos primeiros anos do século XX, o criticaram, pois viam que essa “tecnologia” a ser desenvolvida para o bem-social, poderia vir a ajudar a questão ambiental. Torres ainda apontava que o problema ecológico se agravava durante os primeiros governos republicanos, onde as licenças para a extração de recursos naturais do Brasil para exploração dos estrangeiros aumentava. (PRADO, 2008:26)

Sua preocupação seria explicitada no livro *As fontes da Vida no Brasil*, o qual demonstraria sua indignação: “A publicação deste estudo obedece ao propósito de destacar aos olhos da geração contemporânea de dirigentes dos nossos destinos dois aspectos radicais da soma de crises que perturbam a vida deste país: a crise da natureza e a crise do trabalho”. (TORRES, 2001:6)

Logo no seu início, a obra de Torres, já traz uma grande problemática para a época: o do desenvolvimento em conjunto com uma preservação do ambiente natural. Isto insere no contexto, que o Brasil viria a passar por um momento em que o desenvolvimento material, social e tecnológico, iria entrar em conflito com a questão ambiental. Ainda entrava na pauta do problema, e muito bem visto a época por Torres, o assunto referente à identidade nacional que ainda não se formara, demonstrando um verdadeiro caos na tentativa de uma organização do País: “Deste estado de desencontro, de ignorância e de conflito, entre a terra e seus habitantes, entre as raças e o meio cósmico, e entre as raças e o meio, as instituições, os costumes e as idéias, resultam os traços que formam o relevo convulsionado da nossa estrutura nacional”. (TORRES, 2001:14)

Alberto Torres também demonstrava o caráter predatório da questão econômica. O Brasil pouco especulado apresentava uma “*invasão de exploradores*”, o poder em “*mãos de selvagens*”, onde não era perdoado “*nem os campos de pobre fertilidade, entregues a exploração extensiva*” e chamava a atenção para florestas que estavam se transformando em *desertos*.

Comenta-se sobre os governos brasileiros e sua condescendência com a questão da colonização, principalmente por parte de líderes religiosos:

(...) O colono fez sua obra destruidora, sem consciência e sem protesto dos governos, dos homens de inteligência, e até dos

próprios, aliás, avisados e curiosos, diretores espirituais das empresas de colonização: os membros das ordens religiosas. Essa obra de ruína prosseguiu, depois, sob as vistas e sob a responsabilidade dos governos da nação soberana. (...). (TORRES, 2001: 16-17)

Os cientistas também mereceram as suas críticas porque, segundo ele, apoiarem a política destrutiva:

O escasseamento das madeiras, apesar do desenvolvimento da silvicultura industrial; as secas, as pestes, as fomes (...), há ainda uma ciência que propaga a ilusão da quase eternidade dos tesouros e dos produtos do nosso planeta. E é interessante notar que esta ciência alia a sua cândida confiança a propagação das idéias militantes da política expansivista e conquistadora. (TORRES, 2001: 18)

A defesa do meio ambiente estava no tom das palavras de Torres, sua crítica alertava todos os setores da sociedade para o célere esgotamento dos recursos naturais; não poupava nenhum dos grandes “grupos” que compunham tanto a esfera nacional quanto a mundial, quando a causa era o meio ambiente, com isso conseguiu grandes inimizades. A visão para este entendimento acerca da questão ambiental provinha do imperialismo trazido pela religião e o militarismo, que segundo Torres, tinha muita ambição e cobiça.

Com isso a política ambiental brasileira é colocada em questão: o chamamento de Torres para detalhes como a escassez de recursos hídricos, reflorestamento e conservação se tornam mais ativos, alastrando-se na Europa onde “[...] De, a longo tempo, os costumes do reflorestamento e da conservação das matas severamente policiados, e regulou-se o corte das madeiras e da lenha.” (TORRES, 2001:28), o exemplo europeu contrasta com a falta de uma legislação ambiental no Brasil. A exploração da borracha na região Amazônica declarava o problema.

A constituição de 1891 limitava a questão ambiental, somente à União e sua competência no âmbito de legislar. A Carta tinha um enfoque muito mais de exploração do que da preservação, mas apesar disto não se deve tirar o mérito desta primeira Constituição do período republicano que teve uma

singela preocupação de caráter ambiental, principalmente em dois elementos: as terras e as minas<sup>16</sup>.

Entende-se, pela época, que o país estava se reorganizando, devido à passagem de um período monárquico para uma nova era republicana, a Constituição em si baseava-se num aspecto de defesa, organização e de reconhecimento dos problemas advindos desde a época da monarquia brasileira.

Nesse contexto, Torres se digladiava com os interesses das oligarquias, onde o desejo econômico sobrepujava a moralidade. Não se tinha no Brasil como adaptar neste momento, a defesa da causa ambiental com as questões políticas, visto que o sistema fechado imperava desde a Monarquia que atendia à exploração da terra e ao intensivo interesse da expansão econômica.

Entre nós, a política de expansão econômica, com o sistema de cultura extensiva, de mineração, de monocultura, de latifúndios, de conquistas dos sertões; com o desbravamento e a estrada de ferro agravou-se singularmente, por efeito da nossa adoração quase idílica do estrangeiro, que, assim como nós prosta, como em face de cânones, diante das sentenças e dos juízos de celebridades passageiras (...) e nos submete as inteligências aos intuítos e aos cálculos do instinto político dos outros povos. (TORRES, 2001:40)

Estava assim, colocado o modelo político do Brasil, baseado na “cultura do estrangeiro”, onde o país se preparava para tentar acompanhar o trem expresso do desenvolvimento, da riqueza, da superação tudo manuseado pelos interesses dos grandes oligarcas. Esse modelo não beneficiava a questão ambiental no Brasil, ao contrário, só a depredava. As resoluções destes problemas para Torres afluem em uma só questão: a política; onde no Brasil, poderiam ser minimizados todos os outros problemas, mesmo aqueles em face da expansão, mas a “desordem” no plano político ainda predominava.

---

<sup>16</sup> Ver Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1891, Cap. IV Art. 29.

### 3.4- OS ANOS VINTE: PEQUENA CÍCLICA DO TENENTISMO E LITERATURA

A década de 20 representou no Brasil uma entrada ao período de grandes mudanças. Tanto na ordem social, econômica, ideológico-cultural e principalmente política. Viria dessa década o alicerce para a queda da Primeira República. O movimento Tenentista realmente abalara as estruturas políticas do país através das reivindicações e discordava da validade da eleição de 1922 do presidente Artur Bernardes.

Artur Bernardes é declarado eleito por 466.877 votos contra 317.714 de Nilo Peçanha. Lamentavelmente, a ressonância da pregação de Nilo Peçanha não foi positivada na contagem dos votos. Em vários Estados dão-se motins e arruaças. O Governo Federal atribui essas manifestações a um plano revolucionário tramado pelas classes armadas. A oposição, inconformada, volta-se para os conchavos e as intrigas políticas. (SILVA, 1987:61)

Uma situação estaria a ser deflagrada no Brasil da década de vinte. Os militares cada vez, mais duvidosos do resultado das eleições e ainda, a intolerância de Artur Bernardes, marcam um período de muitas agitações em Estados como o Rio Grande do Sul e Pernambuco. Pouco antes, no Estado nordestino a intenção de se intervir com o Exército, causou uma revolta no presidente do clube militar, o marechal Hermes Da Fonseca que se manifestou e foi preso. Seu filho, Mário Hermes da Fonseca, revoltado com essa situação, lidera um pequeno grupo de oficiais, indignados com a situação política do momento, mas o povo ainda não daria o referido apoio:

O povo não tomara parte naquela estranha marcha de uns poucos tenentes e ainda menor número de soldados pelas areias da praia de Copacabana (...) as tropas não queriam atirar contra aquele grupo tão pequeno. Somente quando os membros deste dispararam é que se respondeu ao fogo. A maioria morreu, os demais caíram feridos. Ao mesmo tempo, os cadetes da Escola Militar também jogavam suas vidas – eles lutavam pela liberdade e contra a situação política. (SILVA, 1987: 64)

Esta falta de apoio popular viria a ser compensada anos mais tarde, em São Paulo, mas a capital fora devastada por bombardeios por parte das tropas do governo. Os rebeldes fogem para o oeste do Paraná surgindo a Coluna Paulista, sob o comando de Miguel Costa. No Rio Grande do Sul, Luís Carlos Prestes, comanda uma insurreição retomando com uma contestação que não fora resolvida com o pacto de Pedras Altas<sup>17</sup>.

O governo federal interpõe um bloqueio no Rio Grande do Sul, mas Prestes consegue avançar, indo ao encontro da Coluna Paulista, em um encontro com Isidoro, constituindo a coluna Prestes-Miguel Costa. “Contou ainda com quatro destacamentos comandados, respectivamente por Cordeiro de Farias, João Alberto, Siqueira Campos e Djalma Dutra”. (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1989:49)

O movimento tenentista conseguiu difundir suas idéias e sua “propaganda”, estimulou a população a admirá-los. Com isso defendiam a reforma política e eleitoral, lealdade à Constituição, educação primária e técnica, liberdade, centralização da política, defesa das riquezas nacionais contra o estrangeiro, nacionalização das minas. (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1989:38).

Mas os tenentes em seu combate contra uma oligarquia dominante, e a corrupção política, demonstravam também seus interesses e tinham uma concepção sobre serem os que fariam uma “revolução para o povo, sem o povo”. Esse, segundo eles, sob um comando militar, seria melhor acolhido do que estava, naquela situação, sob comando dos políticos corruptos que contavam com o apoio do alto oficialato militar.

Isto refletiu na insatisfação das camadas médias da oficialidade, onde no contexto brasileiro, as transformações que estavam por vir exigiam modernos blocos sociais (da classe média), sem terem obrigação com o sistema dominante e coronelístico, até então vigente. (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1989:36)

A administração de Artur Bernardes fora caracterizada pelo confronto com os tenentes e simpatizantes da causa das baixas patentes militares. Mas a

---

<sup>17</sup> O pacto de Pedras Altas foi assinado em Dezembro de 1923, dando fim a uma Revolução Civil no Estado do Rio Grande Do Sul que durara onze meses contra a política de Borges de Medeiros com sucessivas reeleições, indicações e fraudes eleitorais. Este pacto selara mudanças na Constituição do Estado, seu sucessor foi Getúlio Vargas. Fonte: < <http://assisbrasil.org/castelo.html>>. Acessado em 20SET2012.

luta dos tenentes terminara se dividindo dentro de seu próprio programa onde não encontrava nas massas o referido apoio.

O fracasso da coluna não significou, no entanto o fim do movimento. Aos poucos os revolucionários foram se concentrando em Buenos Aires, onde se iniciou uma nova fase para o tenentismo, mas que foi também um novo momento dentro do processo revolucionário. (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1989:52)

Ao analisar essa fase do movimento tenentista, viu-se que embora pouco, ou quase nenhum apoio das massas, ele difundiu-se na forma em que foi feito. Sua perspicácia em defender suas causas, seus ideais; mostrou a verdade que acontecia na época e dava novos rumos definitivos ao País. Em suas características expressou parte das aspirações das classes médias, colocou uma jovem oficialidade versus políticos civis e corruptos, se opôs a alta oficialidade, mas não tiveram um programa político, levantavam a bandeira como os únicos a fazer o nacionalismo, trouxeram idéias modernizadoras e talvez sua maior contribuição: a luta pelo voto secreto.

Embora não muito estudada, a questão ambiental com o movimento tenentista teve alguma repercussão. A agitação por estes produzida, talvez tenha levantado uma bandeira até então ofuscada dentro desse período que vivia o país, esta dita “bandeira” só ficara no “campo das idéias”. “Quanto à ressonância do nacionalismo nas classes médias, é inegável, embora só chegue a se expressar claramente pela voz de alguns intelectuais como Alberto Torres, Monteiro Lobato e outros.” (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1989:38)

Cabe aqui uma questão, não traria o movimento tenentista ideias apoiadas em Alberto Torres? As idéias, dito nacionalistas, estariam dividindo espaço também com a questão do ambiente principalmente de sua defesa como, a nacionalização das águas e as riquezas da terra.

Mas essas idéias tinham o cunho do desenvolvimento de uma classe média latente pelo industrialismo. A defesa da questão ambiental era, sobretudo, para “nacionalizar” e defender os interesses nacionais do interesse estrangeiro:

Os tenentes pressionando a Assembléia através do que restava da força do Clube Três de Outubro, conseguiram introduzir duas

inovações extremamente importantes. Em primeiro lugar, asseguraram a nacionalização das águas e das riquezas do subsolo. A legislação anterior sobre minérios dava margem ao controle de estrangeiros sobre essas riquezas. (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1989:101).

A Constituição de 1891 trazia em seu artigo 29 de competência do Congresso Nacional a atribuição de “legislar sobre terras e minas de propriedade da União”. Adiante em seu artigo 64 prevê aos Estados a responsabilidade sobre as terras e minas dentro de sua jurisdição e aos proprietários do solo, deixava as minas aos interesses individuais de cada um.

Percebe-se que na Constituição Republicana de 1891, a questão ambiental (representada por terras e minas), tem muito pouca, ou quase nenhuma importância neste contexto. Só tem interesse como aparato de divisas militares, deixando para a administração estadual, e posteriormente municipal sua legislação não demonstrando efetivamente resultados positivos. A voz de Alberto Torres reacenderia novamente esta situação.

### **3.5- A LITERATURA EM PROL DA DEFESA AMBIENTAL**

Embora não muito pesquisado, a literatura também trouxe grandes contribuições em prol dos interesses da temática ambiental. Mais ligado à descrição, ao trabalho físico de seus personagens e até próxima da Geografia, o Romantismo denunciou muitos casos de degradação do meio ambiente.

Antecessor ao Modernismo, também o Pré-Modernismo denunciaria questões sociais reais a condição brasileira:

Caberia ao romance de Lima Barreto e de Graça Aranha, ao largo ensaísmo social de Euclides, Alberto Torres, Oliveira Viana e Manuel Bonfim, e a vivência brasileira de Monteiro Lobato o papel histórico de mover as águas estagnadas de *belle époque*, revelando, antes dos modernistas, as tensões que sofria a vida nacional. (BOSI, 1986: 345-46)

O Movimento citado trouxera à tona, assuntos a que um País em vias de mudanças políticas pudesse tratar e junto a isto se “modernizar”, nos livros de Torres e Bonfim estes mostravam que a educação seria a melhor forma de

superar a decadência social e intelectual do povo brasileiro, atrelado a isso, a idéia de construção de uma postura estritamente nacionalista.

A fase Pré-Modernista<sup>18</sup> com Euclides da Cunha<sup>19</sup> já demonstrava sinais do desgaste que o meio sofrera com a exploração, no livro *Contrastes e Confrontos* de 1904, uma compilação de vários artigos o autor destaca:

Mas fora da mineração legal adscrita na impertinência bárbara dos alvarás e cartas régias; trabalhada de fintas, alternativamente agravada pelo quinto e pela captação exaurida a princípio pelos contratadores e depois pela extração real, estendera-se intangível, e livre, e criminosa, irradiante pelos mil tentáculos dos ribeirões e dos rios, desdobrando-se pelos tabuleiros, ou remontando às serras, a faina revolucionária e atrevida dos garimpos. (CUNHA, 2000: 28)

Na perspectiva de Euclides, já acontecia uma devastação no meio em virtude da exploração garimpeira, inclusive questionava naquele mesmo trabalho, “Onde estava o Brasil visto por Saint-Hilaire?”, e como foram tomadas as decisões, calcadas na própria legislação, de todo um trabalho depredativo em cima de nossa natureza. Alude também à questão da mineração vista como um bem nacional entregue a interesses estrangeiros, onde sua venda para outros países degradava nossas riquezas naturais de uma forma violenta.

Ainda dentro da fase modernista, o Nordeste alcança um destaque dentro da Literatura Brasileira e inaugura o regionalismo dentro deste movimento. Mas seu maior destaque é a seca natural da região, colocando-a como grande culpada e interferindo nos aspectos sociais das pessoas que ali vivem.

O Modernismo do Nordeste foi uma realidade poderosa com o facies próprio da região e deu o tom ao melhor romance dos anos 30 e 40[...]. Mas o tempo foi depois aproximando poetas radicados no Sul ou aqui nascidos, como Bandeira e Mário De Andrade, dos nordestinos até se formar, na década de 30, um clima em que se fundiriam as conquistas do modernismo estético e o interesse pelas realidades regionais. (BOSI, 1986: 390-91).

---

<sup>18</sup> Conforme Bosi chama-se de Fase Pré-modernista, tudo que nas primeiras décadas do século XX, problematiza nossa realidade social e cultural, embora esta fase seja considerada, por ele, pouco inovadora.

<sup>19</sup> Euclides da Cunha (1866-1909). Foi um engenheiro, militante republicano e escritor. Em 1902 escreve *Os Sertões*, com grande repercussão nacional, em 1903 é aclamado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e eleito para a Academia Brasileira de Letras. Em 1906, o Barão do Rio Branco designa-o para a chefia de uma comissão de reconhecimento na Amazônia. Em 1909 é assassinado.

O Romance *A Bagaceira*<sup>20</sup> de José Américo de Almeida, inaugura uma fase em que o regionalismo, principalmente o nordestino, deu melhor contribuição a uma realidade em que vivia o seu povo. O interesse pela realidade regional muitas vezes colocava a natureza como “culpada” da questão social do nordestino, colocando a seca como grande causadora da fome, incêndios nos engenhos e responsável pelo êxodo.

Essa visão crítica das relações do indivíduo com o meio fez com que a literatura regionalista trouxesse uma visão da seca nordestina como grande responsável da penúria do povo sertanejo. Essa imagem da região nordestina e, sua natureza rude para com o seu habitante ficaria impregnada nos temas literários posteriores.

### **3.6- GETÚLIO VARGAS E A QUESTÃO AMBIENTAL NOS ANOS 1930-34**

A história do Brasil com certeza teve mudanças significativas no século XX, nos primeiros anos da República, no entanto, muitos interesses ainda estavam impregnados e ligados ao período monárquico ao qual havíamos passado. A política do café com leite dominava a política e a cena da administração do País.

Nascido em 1882 em São Borja-RS, Getúlio Dorneles Vargas, surgiria para o mundo ainda sob a batuta da monarquia brasileira. Nesta época a economia baseava-se, sobretudo na exportação do café. Num País essencialmente agrícola e com diversidade de produtos, necessitava-se de mão de obra, com isso a imigração ganhava força no centro-sul do Brasil.

O positivismo<sup>21</sup> gaúcho, principalmente incorporado à figura de Júlio de Castilhos tinha como concepção uma sociedade moderna com a incorporação do proletariado juntamente com uma legislação trabalhista que o controlasse. Mas por outro lado, era contrário ao Liberalismo e a Democracia, no seu

---

<sup>20</sup> É considerado o Romance marco da Literatura social nordestina, onde pode ser definida por uma direção formal (realista) e temático retratando a vida nos engenhos, a seca, o retirante, o jagunço. (BOSI, 1986:446)

<sup>21</sup> Comte (1798-1857) pensador francês discípulo de Saint-Simon, foi figura central do positivismo. Esta corrente foi em oposição ao idealismo da primeira metade do século XIX, ganhando irradiação no mundo ocidental. Sob influência do grande avanço das ciências naturais na época de sua aparição, o positivismo tratou de aplicar o rigor científico no campo da sociedade e da política. A Sociologia, expressão que ele consagrou, teria o papel fundamental de estudar as condições de toda a vida da sociedade e de sua evolução. Sua concepção do progresso dentro da ordem sintetizou-se na chamada lei dos três estados (teológico metafísico e positivo). (FAUSTO, 2006:16)

entendimento sobre poder, as elites deveriam controlar a sociedade. (FAUSTO, 2006:17)

Conforme Boris Fausto, no Brasil, o Positivismo só teve realmente força no Rio Grande do Sul, através das elites civis, pois já havia penetrado no Exército. O maior destaque desses civis foi Júlio de Castilhos, determinado, autoritário e incorruptível. Ele defendia uma ditadura republicana com o Executivo dotado com amplos poderes constituído apenas por uma câmara de representantes. Na área econômica defendiam a intervenção do Estado condicionado ao interesse social. No setor financeiro pregavam uma política responsável com orçamentos equilibrados. Isto era o positivismo Comtiano adaptado à realidade gaúcha e brasileira.

Dado um pequeno enfoque no Positivismo no Brasil e Rio Grande do Sul, voltamos a tratar da vida política de Getúlio Vargas. Em 1903, ingressa na Faculdade de Direito de Porto Alegre, tendo contato com vários estudantes que realizavam com frequência debates sobre política, e Vargas adquirindo o gosto pela leitura conheceu as ideias de Saint-Simon. Com a morte de Júlio de Castilhos, inaugura-se o culto de sua figura e surgem dois nomes de proeminência política: Pinheiro Machado e Borges de Medeiros. Pinheiro foi senador da República, nos primeiros anos desta, e era responsável pela “lisura” dos candidatos eleitos, com isto adquiriu fortes opositores até ser assassinado em 1915. Já Borges de Medeiros foi presidente do Rio Grande do Sul por cinco vezes. Getúlio, afilhado político de Medeiros surgiu no cenário político pela primeira vez em 1907, quando se abriu uma dissidência no PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), contrária a indicação de Carlos Barbosa Gonçalves à presidência do Estado, por determinação de Borges de Medeiros. Segundo Boris Fausto:

Um grupo de estudantes de direito, a partir de uma reunião realizada na pensão Medeiros, formou o bloco castilhista, em apoio ao candidato oficial, reunindo nomes que, em graus variáveis de importância, seriam personagens centrais da cena política nacional. Dentre eles, começando pelos civis, Getúlio em primeiro lugar, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Firmino Paim Filho. Dentre os militares, dois cadetes da Escola de Guerra de Porto Alegre: Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Este grupo estaria intimamente ligado a ligado a carreira de Getúlio, sustentando-o na maioria das vezes, divergindo dele ou rompendo relações em certas ocasiões. A *entourage* getulista ainda nos tempos do Rio Grande,

seria acrescida por figuras como Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Lindolfo Collor, todos bacharéis em Direito, com exceção do último, formado em farmácia. (FAUSTO, 2006:25-26).

Depois de formado, Getúlio recebeu de Medeiros a nomeação para o cargo de promotor público, logo após a indicação como candidato a Assembléia dos representantes (Assembléia Legislativa). Foi deputado estadual em sucessivos mandatos entre 1909 e 1922, destacando-se na defesa da gestão borgista, caracterizada pelo intervencionismo estatal na área econômica e dos serviços. (FAUSTO, 2006:28).

Mas a política do Rio Grande do Sul crescera juntamente com Getúlio no panorama nacional. O Marechal Hermes da Fonseca que governou o país entre 1910/14 teve apoio dos gaúchos. Com isto o Estado ganhava projeção dentro da República, mesmo continuando a política do café com leite, além disso, detinha nomes indicados dentro dos ministérios. (FAUSTO, 2006:29-30)

Com isto, Getúlio elegeu-se deputado federal em 1922 e reelegeu-se em 1924, em 1926 apoiou a revisão constitucional que aumentava o poder da União perante os Estados no governo de Artur Bernardes, e propôs a separação entre Igreja e Estado. No governo que sucedeu Bernardes, o presidente Washington Luís tentou uma maior aproximação com o Rio Grande do Sul nomeando Vargas para o Ministério da Fazenda. Já no ano de 1927, Borges de Medeiros indica-o como candidato a presidência do Rio Grande do Sul. Concorreu sem adversários, promovendo a conciliação partidária, uma opção tática na condução política. (FAUSTO, 2006:32-33)

Em seu tempo como presidente do Estado, seu saldo foi bastante positivo. Conquistou a oposição, reduziu a fraude eleitoral, atendeu a economia gaúcha e criou o Banco do Estado do Rio Grande do Sul concedendo créditos.

Mas Getúlio conseguiu alçar voos mais altos, e foi um dos principais personagens de uma Revolução<sup>22</sup> que devastou as composições políticas da Primeira República abrindo passagem para a modernização do Brasil.

A grande crise do sistema capitalista é apontada como uma das grandes responsáveis pelo colapso político interno, seguida pelo esgotamento da velha

---

<sup>22</sup> É uma forma abrupta de mudança. Para Antônio Mendes Júnior e Ricardo Maranhão, a Revolução de 30, foi realmente uma revolução, pois destruiu as estruturas arcaicas da República Velha. *{Também no meu entendimento}*. Já para Jacob Gorender, não houve revolução, porque não houve nenhuma alteração na estrutura econômica da sociedade e o controle do poder político nacional não mudou de classe.

política oligárquica e conseqüente baixa no preço do café. Com isso, os cafeicultores pediram a intercessão do governo federal através de créditos e prorrogação de pagamento de dívidas, mas não foram atendidos. O presidente Washington Luís perdia seu principal apoio: os cafeicultores. Outro fator relevante é que a divisão regional repercutia na política, uma pressão contra a supremacia da burguesia cafeeira. (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1989: 78).

Getúlio considerado hábil na pacificação de disputas políticas entrou em uma situação que não esperava: a disputa da Presidência da República. E a principal causa disso foi a insistência de Washington Luís em apoiar o nome do paulista Júlio Prestes para substituí-lo, rompendo dessa forma, o acordo da política do café com leite. O nome do mineiro Antônio Carlos de Andrada que seria o candidato natural, de acordo com a alternância, foi desprestigiado pelo presidente que quebrou o acordo.

Com a oligarquia gaúcha em ascensão, começaram as articulações para o lançamento de uma candidatura de oposição. O Estado Mineiro acenou com o nome de Getúlio Vargas, mas este sempre se mostrou solidário com a administração federal. Mas articulações e dissidências políticas mudaram o panorama. Em São Paulo, a formação do Partido Democrático, já conseguia romper com a tranquilidade política do Partido Republicano Paulista, no Rio Grande do Sul a Frente Única Gaúcha (republicanos e libertadores) já estava insatisfeita com a alternância de São Paulo e Minas Gerais no poder, Na Paraíba oligarquias dominantes se sentiam prejudicados pelo governo central e ainda pelo movimento tenentista que nos anos 20 abalara a oligarquia política. (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1989:79).

Então é lançada a Aliança Liberal, oposição formada pelas elites políticas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, mais o Partido Democrático, opositor em São Paulo e a Frente Única Gaúcha (FUG). A situação ficava com todos os outros estados mais a elite conservadora paulista. (FAUSTO, 2006:36).

Na realidade o programa da Aliança Liberal era “vazio”, mas na ânsia por apoio e pela diversidade de formas de apoio, fez contatos com democráticos, libertadores, dissidências oligárquicas estaduais e com os

tenentes. As propostas de voto secreto, anistia e defesa das massas urbanas fez com que sua candidatura ganhasse apoio em grandes centros, como por exemplo, em troca da vice-presidência para o governador João Pessoa da Paraíba. (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1989:79)

Mas a máquina de corrupção eleitoral governista deu a vitória ao candidato da situação Júlio Prestes, Getúlio em um primeiro momento absorveu a derrota, mais um grupo ligado a ele, optou pelo caminho da revolução. Civis e tenentes dão o comando dessa revolução ao Tenente-Coronel Góis Monteiro. Mas o cume do processo se deu com o assassinato de João Pessoa no Recife que não teve relação com a campanha da Aliança liberal, mas os revoltosos aproveitaram-se disso e, Getúlio então, aderiu à revolução. (FAUSTO, 2006:39)

O apoio das forças Armadas foi crucial para a Revolução. A parcela dos militares que não a apoiou foi neutralizada [...]. Este coronel (Góis Monteiro), de posições conservadoras, conseguiu montar pela primeira vez uma estratégia nacional do levante, extremamente eficaz. A fraqueza do esquema legalista ficou patente: às 17h 30 min do dia 3 de Outubro a revolução eclodiu em Minas e no Rio Grande no dia 5 todo o Estado Gaúcho estava em poder de Getúlio. Em Minas só Belo Horizonte resistiu por 5 dias. Em Pernambuco, Juarez Távora se atrasou em um dia para atacar Recife: mas a população da cidade tomou prédios e depósitos de armas, facilitando a ação dos rebeldes, que logo tomaram a Paraíba. [...]. Em poucos dias controlavam todo Norte e Nordeste. (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1989:80)

Dias depois de ocorridos os fatos e resistências, por todo o País, Washington Luís foi deposto por um grupo conhecido como “Junta Pacificadora” composta por altas patentes militares, entregando o poder a Getúlio como presidente provisório.

### **3.7- A UM PASSO DA CONSTITUINTE: A REVOLTA CONSTITUCIONALISTA DE 1932**

Getúlio passara ainda por um grande desafio em sua trajetória como presidente do País. O mesmo teve que enfrentar um conflito bélico no Estado de São Paulo, conhecido como Revolta Constitucionalista. Em sua essência foi

um movimento armado com início em São Paulo contra o governo revolucionário varguista instalado em 1930.

Na realidade a dissidência entre a elite paulista e o governo federal, deu-se pelo fato de Getúlio, ter desprezado o Partido democrático (PD), que o tinha apoiado na revolução. Esse partido esperava a nomeação de um interventor vinculado a São Paulo, com isso a elite exigia a reconstitucionalização do Brasil e nomeação de um interventor civil e paulista. (FAUSTO, 2006:61)

Outro fator relevante é o desacerto entre os tenentes que subiram ao poder depois da destituição de Washington Luís, e o desalojamento do Partido Republicano Paulista (PRP) do poder, tendo assim o desejo de retomá-lo. O PD sempre confiou na sua permanência no poder paulista, tanto que quando a revolução estourou, este partido montou uma espécie de governo estadual da revolução esperando que os novos detentores do poder federal, os confirmassem nos seus cargos. Essa ação deu o nome ao período de o “Governo dos 40 Dias”. (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1989:99).

Mas os tenentes desejosos do poder e com vários objetivos, não desfocavam de um ponto: a manutenção do Governo Provisório Varguista. Com isto, é nomeado o tenente João Alberto Lins de Barros, Interventor, e Miguel Costa (companheiro de Luís Carlos Prestes na Coluna), como secretário e comandante da Força Pública Paulista, e dentro desse contexto, mais um caso é merecedor de destaque: o pedido de demissão do ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, onde este sofria acusações por parte de cafeicultores de agir a favor de banqueiros. A ruptura do PD com o governo federal abriu portas para a FUP- Frente Única Paulista – que englobava o Partido Democrático mais o Partido Republicano Paulista. (FAUSTO, 2006:62).

Os paulistas desde o início queriam um civil no comando daquele Estado, e João Alberto (militar e Pernambucano), acaba sendo abominado pela elite. Miguel Costa teve atitudes que não foram bem vistas, como em suas vistas permitir a organização de um Partido Comunista e a Legião Revolucionária de São Paulo. A partir daí os protestos começam a ter algum resultado e João Alberto se demitiu da interventoria. Após, Getúlio, tenta se redimir do erro e nomeia Plínio Barreto para o governo, esse era civil e paulista, mas Miguel Costa, que desejava o cargo, colocou nas ruas a Legião

Revolucionária impedindo a posse de Plínio. Depois tiveram dois interventores estaduais sem nenhuma estabilidade política, até chegar à figura de Pedro de Toledo em 1932. (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1989:99).

Pouco antes, Getúlio atacara os constitucionalistas dizendo que o “regresso ao regime constitucional não poderia ser uma volta ao passado”. A oposição, que atraía a juventude universitária, lança a campanha pela convocação de eleições para uma Assembléia Constituinte, marcada pelo presidente para 3 de Maio de 1933. Mas depois da morte de 4 estudantes (Miragaia, Martins, Draúcio e Camargo)- MMDC - durante um conflito, ocorreu o estopim para a guerra civil. Pedro de Toledo depôs autoridades da confiança de Getúlio, como Miguel Costa, deixando o governo com o estilo “paulista”.

Em julho de 1932, através de uma “Junta revolucionária”, é proclamada a Revolução Constitucionalista, que unia setores sociais que ia da cafeicultura às classes médias e industriais. A luta durou três meses e São Paulo não tinha condições militares para enfrentar o Governo Central, acabando por assinar um tratado de paz. (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1989:100)

Terminado o movimento das oligarquias e classes médias, sem apoio da classe operária, Getúlio se consolidava no poder de maneira firme, e terminara com o núcleo paulista oligárquico, abrindo com isso, o caminho para a Constituinte de 1933.

### **3.8- A QUESTÃO AMBIENTAL INSERIDA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1934**

A questão do meio ambiente que no início do século XX ganhara a atenção nas vozes de intelectuais conquistava mais um aliado: a Ciência. Os especialistas em várias áreas se voltavam para a proteção da natureza principalmente nos primeiros 20 anos do século em questão. Mas o País estaria mudando seu rumo, sua forma até então de sobreviver, partindo de um modo agrícola para o desenvolvimentismo industrial.

Através disso, as relações mudam juntamente com uma nova forma de comando, a regulação aplicada começa a fazer parte da vida brasileira, novos

interesses sob a bandeira do progresso, foram alavancados. Mas a conturbada situação política vivida teria reflexos na Constituição que estava por vir.

Em 1933, com a convocação da Assembléia Constituinte, Getúlio Vargas já chamava a atenção, para a escolha dos representantes classistas onde selecionava quarenta pessoas por meio de articulações. Inspirado no corporativismo fascista italiano tinha como idéia reduzir o peso das máquinas políticas da oligarquia, equilibrando o peso das bancadas mais poderosas como São Paulo e Minas Gerais. (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1989:100).

Após vencidas as tendências, rivalidades, manifestações e interesses foi dado sequência ao trabalho da Constituinte, que resultou na Constituição promulgada em 16 de Julho de 1934, dando maior poder ao governo central. Na realidade, a nova Constituição, tinha várias semelhanças com a Carta de 1891.

A questão do meio ambiente inserida na Constituição de 1934 entra em consonância com o período intelectual político da época, ou seja, baseado em um modelo autoritário. As características são apresentadas, segundo Bóris Fausto:

A resposta para esses problemas, oscilando entre o autoritarismo e o totalitarismo, tinha alguns traços básicos comuns: a crença nos governos “fortes”, significando o reforço do poder do Estado, encarnado no Executivo e personificado por uma figura dominante central; a recusa a admitir como natural a diversidade de opiniões, um malefício a ser combatido com o cerceamento da liberdade de expressão; *a crença na capacidade dos técnicos, a serviço da eficiência do governo, em detrimento da ação dos políticos*; a opção pela representação de interesses na forma corporativa, sob o guarda-chuva do Estado e a conseqüente descrença na representação política individual expressa no sufrágio universal. (FAUSTO, 2006:70)

Conforme exposto, a “crença na capacidade dos técnicos” se insere também com a questão ambiental. O governo Vargas se utilizou desses “técnicos”, quando estava interessado na conservação da natureza, eles [*o Governo*], procuraram assessoramento científico e pessoal especializado em ações preservacionistas (FRANCO; DRUMMOND, 2009: 21).

Mas no ambiente político, imperava a idéia da construção de uma Identidade Nacional. Esta identidade teria como base de construção um Estado Nacional forte e isto ia ao encontro dos cientistas brasileiros preocupados com

a proteção da natureza no país. Eles defendiam a conservação dos recursos naturais no interesse das gerações futuras e a preservação da diversidade florística e faunística do Brasil. O *grupo de cientistas*<sup>23</sup> mantinha contatos com instituições estrangeiras de proteção à natureza, além de políticas de proteção colocadas em prática em outros países. (FRANCO; DRUMMOND, 2009:11)

No aspecto internacional, na Itália fascista, a mobilização da opinião pública pressionava a favor da natureza. Ela defendia que os escoteiros deveriam ajudar na defesa do meio ambiente juntamente com as escolas conscientizando os jovens e a sociedade utilizando até mesmo a força<sup>24</sup>. Com isso, Mussolini militarizou o serviço florestal italiano conhecendo a necessidade de rígida disciplina, colocando no seu comando um general. (FRANCO; DRUMMOND, 2009:77)

Os cientistas brasileiros acreditavam que somente um novo governo teria força. Assim:

O clima de mobilização patriótica vigente entre a Revolução de 1930 e a Constituinte de 1934, bem como a crença na necessidade de um Estado forte e nas potencialidades do novo governo levaram a uma aproximação desses “protetores da natureza” com integrantes do *staff* de Vargas. Isso possibilitou que as suas propostas fossem, em alguma medida, viabilizadas. [...] conseguindo espaço suficiente no governo para institucionalizar parte de suas propostas. A capacidade dessa geração de articular propostas específicas de proteção à natureza com um projeto político de cunho nacionalista mais amplo garantiu o seu relativo sucesso. (FRANCO; DRUMMOND, 2009:41-42)

Através desse apoio, surge a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, em 1934 que dava uma maior visibilidade ao tema entre a opinião pública. A sociedade civil assim pressionava por políticas por parte do governo, em seu discurso, a Sociedade Amigos das Árvores dizia que esta entidade era destinada a “colaborar com os poderes públicos” com a elaboração de um projeto de cunho nacionalista e cientificista. (FRANCO; DRUMMOND, 2009: 44)

---

<sup>23</sup> O grupo era baseado nas idéias de Alberto José Sampaio, botânico e professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), Armando Magalhães Corrêa, jornalista, artista plástico e também professor do MNRJ, Cândido de Mello Leitão, professor do MNRJ, e Frederico Carlos Hoehne, botânico e taxonomista. Segundo José Luiz de Andrade Franco, as idéias de Alberto Torres se tornaram referências para esse grupo. (FRANCO; DRUMMOND, 2009; 12)

<sup>24</sup> Segundo José Alberto Sampaio, 1934, Lodovico Piccioli mencionou tal fato em seu livro “Selvicultura”, publicado em 1923.

Mas com a questão da identidade nacional, requeriam um Estado Interventor que colocasse um equilíbrio entre progresso e manutenção do patrimônio natural por meio de leis, vigilância, punição e também pela conscientização. Essa perspectiva era o que queria o grupo de cientistas, que concordavam com o regime autoritário. Essa fundação baseada nas riquezas naturais que eram consideradas tanto como percepções estéticas, quanto econômicas, era conhecida como “fontes da nacionalidade”, onde a natureza era um todo e a sociedade, sua extensão. (FRANCO; DRUMMOND, 2009:55).

Para o Estado Intervencionista “funcionar”, era necessária a aplicação da lei, pois a certeza era que ela constituía instrumento legítimo de orientação das condutas humanas. Seria somente “a lei”, capaz de organizar a sociedade chegando, se necessário, até a força. (FRANCO; DRUMMOND, 2009:60).

Dessa forma,

Na década de 1930, o governo elaborou a primeira série de leis relacionadas à proteção da natureza no Brasil. Entre essas se incluem o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca, o Código de águas, o Código de Minas e o Código de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, todos publicados entre maio de 1933 e outubro de 1934. Além disso, a própria Constituição encarregava os estados e o governo central de proteger as “belezas naturais” e “monumentos de valor histórico ou artístico”. Mais tarde, reafirmando esses primeiros passos da institucionalização da proteção do mundo natural, foram criados os primeiros parques nacionais brasileiros: Parque Nacional do Itatiaia, em 1937, Parque Nacional da Serra dos Órgãos e Parque Nacional do Iguaçu, ambos em 1939. (FRANCO; DRUMMOND, 2009:42-43)

Com a sensibilização de grupos e associações cívicas, o espaço conquistado no governo Vargas conseguiu levar à aprovação uma série de leis, decretos e regulamentos, visando a conservação da natureza além de criação de parques nacionais e outras iniciativas. (FRANCO; DRUMMOND, 2009:13)

Mas a questão desenvolvimentista, que era a corrente política do Estado, demonstrava que a tese econômica deveria ser o mote, mas não o meio ambiente, com isso a frustração foi tomando conta do grupo de cientistas.

Afora isso, temos que ver o legado deixado e as características do período com base nas políticas de regulação:

POLÍTICAS AMBIENTAIS E BASE REGULATÓRIA<sup>25</sup>

Período	Contexto		Políticas Regulatórias	Políticas Estruturadoras	Ator principal	Escala de atuação priorizada
	Mundial	Nacional				
1930-1940	-II Guerra Mundial -Riscos do crescimento populacional	- Revolução de 1930 - Constituição de 1934 - Estado Novo - Industrialização e urbanização aceleradas	Promulgação dos Códigos: Florestal, das Águas e de Minas	Propostas de criação de Parques nacionais e estaduais; declaração de áreas florestais como florestas protetoras	Poder Público Federal	Nacional com ações voltadas para as regiões desenvolvidas (Sul -Sudeste) e regiões-problema (Nordeste e Amazônia)

Através do quadro, vemos um resumo da Base regulatória no período dos anos 30-40, ainda incipiente, mas o primeiro passo dado na direção da proteção do meio ambiente. Como a genitora da base regulatória, temos a Constituição de 1934, onde Getúlio valeu-se dos cientistas-intelectuais da época, muitos deles patrocinados pelo governo, que resultou no dispositivo constitucional com artigos referentes a defesa ambiental.

Analisando a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de Julho de 1934, percebe-se que a mesma é composta por 187 artigos, mais as disposições transitórias. Ela foi feita pela Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático que assegurasse à Nação, a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico. (CONSTITUIÇÃO, 1934:1).

No que tange a esse trabalho, consideramos somente as questões referentes à proteção da natureza, ao meio ambiente ou relacionados a eles.

No Título I, *Da Organização Federal*, em seu artigo 5º, inciso XV aparece a primeira disposição referente à questão do meio ambiente:

<sup>25</sup> Informações, em suma, retiradas do livro: A Questão Ambiental: Diferentes abordagens, de Sandra Baptista da Cunha e Antônio José Teixeira Guerra, Bertrand Brasil, 2012- Página 48.

“Organizar defesa permanente contra os efeitos da seca nos Estados do Norte”. Lembrando que a defesa principalmente do Norte brasileiro se dava pela nacionalização das águas um produto para a defesa contra a seca.

Antes da instalação da Assembléia, os revolucionários deveriam atentar para certas "questões", que enfrentadas "desembaraçariam" o ambiente político de alguns de seus principais "óbices". Segundo Juarez [Távora], essas "questões" eram: "unidade da justiça, uniformização dos métodos de ensino e saúde públicos, nacionalização das minas e quedas d'água, racionalização do sistema tributário, abolição das tarifas abolicionistas, estabelecimento da representação de classe, organização de um anteprojeto de constituição adequada às nossas realidades, etc.. (GOMES, 1980:361)

Esta vitória para a região Norte foi em parte conseguida via pressão da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, onde parte da renda da União seria destinada para a solução deste problema. (GOMES, 1980: 371).

Refere-se a isto o artigo 177º. Segundo o qual: “A defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Norte obedecerá a um plano sistemático e será permanente, ficando a cargo da União, que dependerá, com as obras e os serviços de assistência, quantia nunca inferior a quatro por cento da sua receita tributária sem aplicação especial”.

Ainda de acordo com o texto constitucional:

§1º - Dessa percentagem, três quartas partes serão gastas em obras normais do plano estabelecido, e o restante será depositado em caixa especial, a fim de serem socorridos, nos termos do art. 7º, nº II, as populações atingidas pela calamidade.

§2º - O Poder Executivo mandará ao Poder Legislativo, no primeiro semestre de cada ano, a relação pormenorizada dos trabalhos terminados, e em andamento, das quantias despendidas com material e pessoal no exercício anterior, e das necessárias para a continuação das obras.

§3º - Os Estados e Municípios compreendidos na área assolada pelas secas empregarão quatro por cento da sua receita tributária, sem aplicação especial, na assistência econômica à população respectiva.

§4º - Decorridos dez anos, será por lei ordinária revista a percentagem acima estipulada. (CONSTITUIÇÃO, 1934:32)

Seguindo no artigo 5º, pelo inciso XIX, na seção “legislar sobre” alínea j: “bens do domínio federal, riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia hidrelétrica, florestas, caça e pesca e a sua exploração”. Deixava o texto constitucional bem claro, que estes bens seriam de responsabilidade do

poder central. Com a exploração por parte desse, surgiram anos mais tarde uma das maiores indústrias de exploração petrolífera do mundo e ainda mostrava a exclusividade de somente legislar sobre o assunto, seguindo o parágrafo:

§ 3º - A competência federal para legislar sobre as matérias dos números XIV e XIX, letras c e i, *in fine*, e sobre registros públicos, desapropriações, arbitragem comercial, juntas comerciais e respectivos processos; requisições civis e militares, radiocomunicação, emigração, imigração e caixas econômicas; riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia hidrelétrica, florestas, caça e pesca, e a sua exploração não exclui a legislação estadual supletiva ou complementar sobre as mesmas matérias. As leis estaduais, nestes casos, poderão, atendendo às peculiaridades locais, suprir as lacunas ou deficiências da legislação federal, sem dispensar as exigências desta. (CONSTITUIÇÃO, 1934:2)

Já no artigo 10º, inciso III, a União divide a responsabilidades com os Estados, quando se refere a: *“proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte”*. (CONSTITUIÇÃO, 1934:3)

Em relação a margens, lagos, rios e limites, a Constituição definia o que seria de posse da União e do Estado, em seu artigo 20º: *“São do domínio da União: II - os lagos e quaisquer correntes em terrenos do seu domínio ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro, III – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas fronteiriças”*. No subsequente artigo, trata do domínio dos Estados *“II – as margens dos rios e lagos navegáveis, destinadas ao uso público, se por algum título não forem de domínio federal municipal ou particular”*. (CONSTITUIÇÃO, 1934:6)

Percebemos que na Constituição, a organização federal, cumpre fielmente a hierarquia União/Estado/Município. Sempre demonstrando o interesse em um primeiro momento na questão das águas..

Mas o caráter econômico-ambiental também se fez presente nessa Constituição, o próximo título a ser tratado, afirma essa realidade. No Título IV, *Da Ordem Econômica e Social*, a defesa das minas e das águas é vista quase que exclusivamente sobre o viés econômico. Em seu artigo 118º: *“As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d’água, constituem*

*propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial". (CONSTITUIÇÃO, 1934:24)*

A preocupação desse momento parecia ser de "normatizar", a questão não de proteção à natureza, mas de sua exploração, sendo que esta deveria ser organizada, para ser amenizada quando estivesse em mãos dos interesses capitalistas.

Segue a regulação pelo artigo 119º: *"O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, bem como das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei". (CONSTITUIÇÃO, 1934:24)*

Aqui o Poder Federal colocava sob seu jugo, a questão minas e das águas, acima do interesse privado. Assim o governo poderia controlar o uso racional ou irracional dos recursos. Os seis próximos parágrafos tratam ainda das minas, águas e energia conforme segue:

*§1º - As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil, ressalvada ao proprietário preferência na exploração ou coparticipação nos lucros.*

*§2º - O aproveitamento de energia hidráulica, de potência reduzida e para uso exclusivo do proprietário, independe de autorização ou concessão.*

*§3º - Satisfeitas as condições estabelecidas em lei, entre as quais a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer, dentro dos respectivos territórios, a atribuição constante deste artigo.*

*§4º - A lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d'água ou outras fontes de energia hidráulica, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do País.*

*§5º - A União, nos casos prescritos em lei e tendo em vista o interesse da coletividade, auxiliará os estados no estudo e aparelhamento das estâncias mineromédicinas ou termomédicinas.*

*§6º - Não depende de concessão ou autorização o aproveitamento das quedas d'água já utilizadas industrialmente na data desta Constituição, e, sob esta mesma ressalva, a exploração das minas em lavra, ainda que transitoriamente suspensa. (CONSTITUIÇÃO, 1934:24)*

Mas na questão riquezas do solo, subsolo e quedas d'água, já aparecia uma posição que era defendida: a da nacionalização, lenta e progressiva, pois o País já teria um potencial consumo dessas riquezas e deixá-las sem regulação seria deixar ao jugo dos interesses internacionais. Para isto, o interesse estrangeiro ficaria subjugado ao interesse do capital nacional. Só o

Estado poderia estabelecer normas, para salvaguardar as atividades econômicas da Nação, ainda que com apoio das Forças Armadas. (GOMES, 1980: 461)

A idéia de industrialização que passava pelo nosso País, ganhava força pelos princípios nacionalistas e com o apoio das armas.

Nas *disposições transitórias*, o artigo 12º, preconizava: “*Os particulares ou empresas que ao tempo da promulgação desta Constituição explorarem a indústria de energia hidrelétrica ou de mineração, ficarão sujeitos às normas de regulamentação que forem consagradas na lei federal, procedendo-se, para este efeito, à revisão dos contratos existentes.* (CONSTITUIÇÃO, 1934:35)

A Constituição Brasileira de 1934 trás artigos resumidos em relação à questão da defesa ambiental, seu objetivo estava em proteger ou criar um maior capital interno em face da industrialização. A proteção do meio ambiente, dessa forma, era quase nula.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos aproximar a questão ambiental e sua respectiva proteção da natureza. O aspecto de defesa do meio ambiente vem de longa data, mas realmente somente em 1970 ganha força com os movimentos ecológicos e principalmente com a criação de organizações não governamentais.

Como nosso objetivo foi de trabalhar com a questão do meio ambiente ligada ao arcabouço jurídico na Constituição Brasileira, procuramos demonstrar as vias que levaram a proteção da natureza e sua forma de chegada até a Carta Magna de 1934. Para isto, mostramos desde o conceito de questão ambiental, que embora relativamente novo, em seu sentido remonta milênios, até os aspectos do “patrocínio” Varguista referente a busca de informações para defesa ambiental.

Sendo assim, o trabalho que trata da questão ambiental inserida na Legislação Brasileira do final do Século XIX até a Constituição de 1934, mostra breves caminhos que vão desde a colonização brasileira até os interesses referentes a proteção ao meio ambiente colocados na Legislação do País.

Por isto, dividimos o trabalho entre sequências que representam e/ou representariam para um melhor entendimento.

No início do trabalho foi procurado explicar a questão ambiental como informação, entendimento para obter um resultado em que possa compreender que não é um tema novo. A questão tratada vem de uma longa experiência milenar e se envolvendo com as divindades, ciências e filosofia. Foi-se adaptando com o tempo a questão da explicação da natureza chegando até a ser valorada, como nos séculos XV e XVI até chegar ao advento do Capitalismo onde isto se tornaria um problema contrário a defesa da natureza.

Mas o modelo brasileiro de defesa da natureza baseou-se nos Norte-americanos, onde por lá, as discussões se deram basicamente entre cientificistas e capitalistas, os temas sobre Conservação e Preservação, ganhava debates e adeptos. No Brasil essas duas correntes se difundiram e

estiveram sempre presente nas formulações que estariam presentes na Constituição de 1934.

Em uma segunda parte demonstramos a História Ambiental e seu reconhecimento como parte de um trabalho recente. A Historiografia com suas variantes referentes aos assuntos passados trás consigo abordagens como uso da terra, acidentes ambientais, etc. aliada a outras ciências a História Ambiental aparece neste cenário, com uma nova metodologia tendo como ponto de partida a História Econômica, principalmente pelo século XX, objeto deste trabalho. Na metodologia utilizamos a análise de conteúdo na abordagem sobre a Carta Constitucional de 1934 e análise de textos e interpretação.

Na sequência adentramos na pesquisa de forma a tentar explicar o movimento que se formava adiantando as “vozes” que ecoariam anos mais tarde em um grupo de intelectuais tendo como expoente Alberto Torres. A regulamentação a respeito da proteção a natureza também é demonstrada desde os primeiros anos do Brasil Colônia, já “importada” e engendrada com todo o modelo português.

Mas o século XX traria consigo um avançado analista das questões ambientais Alberto Torres. Este se confrontava com os interesses oligárquicos em prol da defesa do meio ambiente, para ele o avanço do interesse econômico devastava os recursos naturais existentes no País, para ele, somente a política poderia minimizar o problema. Sua luta significou muito para a próxima geração de defensores da natureza.

Os anos que após vieram foram de turbulência no Brasil, a década de 20, trouxera agitações políticas, sociais e culturais. O movimento tenentista que atravessa o país com seus argumentos como a luta pelo voto secreto e aspirações de uma classe média latente divulgava seu programa a população seus ideais e suas causas com quase nenhum apoio popular, o movimento terminava, mas deixava divulgado um programa de ação com muitas teses entre elas a defesa da questão ambiental, embora relativizada somente sobre águas e riquezas do solo. Entendemos que isto tinha o interesse do industrialismo que estava em ascensão no momento. Nacionalizar significava defender do estrangeiro e desenvolver o País, como no caso da água, com a expansão de usinas hidrelétricas.

No aspecto ideológico-cultural, a literatura também teve importância e o Regionalismo inaugurado no nordeste trouxe a questão da natureza como culpada das secas na região. Nomes como José Américo de Almeida e Mário de Andrade, com seus romances atrelavam a questão social do nordestino colocando a natureza como vilã da “desgraça” em que vivia o sertanejo principalmente.

Chegando na última parte apresentamos uma das figuras centrais do trabalho desenvolvido: Getúlio Vargas. O gaúcho que foi influenciado pelo Positivismo e como presidente do seu Estado teve bastante sucesso sendo avaliado como hábil em articulações políticas tendo seu nome alçado como candidato a Presidência da República, Getúlio através de uma revolução chega ao poder. Com a Revolta Constitucionalista de 1932, e a vitória do Poder central se reforçava no poder e abriria a Constituinte no ano seguinte.

Em se tratando da questão ambiental inserida na Constituição de 1934, temos atender para que desde o princípio, o programa de governo era indefinido e Getúlio procurava todos os tipos de apoio sendo assim procurou contatos e através disso conheceu a vertente intelectual ambiental da época acabou patrocinando eventos como, debates de cunho científico.

Outro fator de relativa importância foi o da seca nordestina onde a questão ambiental começou a ser colocada em xeque, pois trataria de uma “adversidade da natureza contra o povo”, sendo isto, alocava o nordestino também longe do fomento industrial que estava por vir. Na prática, a região nordestina conseguiu através da Carta Constitucional, verbas para amenizar o problema das secas.

O Desenvolvimentismo proposto pelo Governo Vargas e a modernização do Estado Brasileiro, fez com que fosse criado um discurso baseado na proteção dos recursos naturais, e a Botânica seguindo a linha cientista, neste momento, seria responsável pela articulação de defesa da natureza tida como uma das afirmações da Identidade Nacional.

Mas na realidade o projeto de desenvolvimento validava somente o crescimento econômico mesmo à custa da devastação da natureza, onde a questão econômica imperava acima de tudo. O meio natural necessitava de mais políticas públicas.

O resultado da questão ambiental inserida na Constituição Brasileira de 1934 foi num primeiro momento um relativo sucesso, quando praticado aos olhos da ciência conseguiram regular o uso da água, dos recursos minerais, florestas e também atividades como caça e pesca. Para isto surgiram: Os Códigos das Águas, das Minas, Florestal e da Pesca. Mas eles em sua essência não tinham a intenção de proteger estes recursos, mas sim de dar poder ao Estado para explorá-los.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Constituição Brasileira de 1891.** Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm)>.  
Acessado em: 20OUT2012

**Constituição Brasileira de 1934.** Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm)>.  
Acessado em: 21JAN2013.

CUNHA, Euclides Da. **Contrastes e Confrontos.** Disponível em:  
<[http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/port/contrastes\\_confrontos.htm](http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/port/contrastes_confrontos.htm)>.  
Acessado em: 20OUT2012.

CUNHA, Sandra Baptista Da; GUERRA, Antônio José Teixeira (ORGS). **A Questão Ambiental: diferentes abordagens.** Rio De Janeiro- 7 ed.- Bertrand Brasil, 2012.

DUARTE, Regina Horta et al. (Org.). **A Primeira Conferência Brasileira de Proteção a Natureza e a questão da Identidade Nacional.** In: Varia História, Belo Horizonte, p.77-96, 2002.

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas; o Poder e o Sorriso.** São Paulo, Companhia das Letras 2006.

FERREIRA, Leila Da Costa. **A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil,** Boitempo Editorial, 1988.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940:** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

GOMES, Ângela Maria De castro. Et. al. **Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos anos 30.** Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

JÚNIOR, Antônio Mendes; MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História: Era de Vargas.** Texto e consulta, Livro quatro. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino.** São Paulo: Cortez, 2006.

MATOS, Júlia Silveira (COORD.). **Apostila Escritas da História: Metodologia e Técnica do Trabalho Científico**. Furg 2010.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002.

PRADO, Daniel Porciúncula. **A Figueira e o Machado Raízes Da Educação Ambiental No Sul do Brasil: Práticas Educativas E Militância Ambiental Na Perspectiva Do Cronista Henrique Luiz Roessler**, Capítulo II, páginas 26-45.

RAMOS, Elisabeth Christmann. **O Processo de Constituição das Concepções de Natureza. Uma contribuição para o debate na educação ambiental**. *Ambiente & Educação: revista de educação ambiental*, Rio Grande, v. 151, p.75-99, 2010.

SANTOS, J.R. dos., SOARES, P.R.R., FONTOURA, L.F.M. **Análise de Conteúdo: a pesquisa qualitativa no âmbito da Geografia Agrária**. In: XXVI Encontro Estadual de Geografia. Santa Cruz do Sul – RS. UNISC. 2004.

SILVA, Hélio. **O Primeiro Século Da República**: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

TORRES, Alberto. **As Fontes da Vida no Brasil**. Versão para e-book (ebookBrasil.com). Fonte digital, edição em papel 1915, 2001.

WAINER, Ann, Helen. **Legislação Ambiental Brasileira: Evolução Histórica do Direito Ambiental**. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/176003/1/000468734.pdf>>. Acessado em: 19FEV13.

WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n.8, p. 198-215, 1991.